



COMUNICADO

Reuters>bcp.ls - Exchange>BCP - Bloomberg>bcp.pl
ISIN - PTBCPOAM0015

Millennium
bcp

27 de outubro de 2021

Resultados Consolidados do Millennium bcp em 30 de setembro de 2021

Rendibilidade

Resiliência do modelo de
negócio

Capital e Liquidez

Posição adequada de capital,
acima dos requisitos
regulamentares; posição de
liquidez reforçada

Evolução do negócio e Qualidade do crédito

Recursos com forte dinâmica
de crescimento; crescimento
continuado da carteira de
crédito; níveis de cobertura
confortáveis

- **Resultado líquido do Grupo** de **59,5 milhões de euros** nos primeiros nove meses de 2021, incluindo provisões de 313,5 milhões de euros para riscos legais associados a créditos em francos suíços concedidos na Polónia e itens específicos de 87,6 milhões de euros em Portugal, respeitantes essencialmente a custos de ajustamento do quadro de pessoal.
- Excluindo os itens específicos, o **resultado operacional core do Grupo** atingiu **938,7 milhões de euros**, correspondendo a um **crescimento de 8,3%**.
- **Rácio de capital total** e **rácio CET1 fully implemented** estimados de **15,2%** e **11,8%**, respetivamente (15,3% e 12,0%, respetivamente, em base *pro forma*, considerando o impacto esperado da venda da subsidiária suíça em curso).
- **Níveis de liquidez elevados**, muito acima dos requisitos regulamentares. Rácio *loans-to-deposits* de 83%. Ativos disponíveis para financiamento junto do BCE de 25,2 mil milhões de euros.
- **Aumento** do **crédito performing** do Grupo em **3,1 mil milhões de euros, +5,8%** face a setembro de 2020 (**+2,2 mil milhões de euros** em Portugal). **Redução** dos **NPE** de **0,8 mil milhões de euros**, em contexto adverso. **Crescimento** dos **recursos totais de clientes** do Grupo em **7,3 mil milhões de euros**. **Recursos fora de balanço** do Grupo **augmentam 10,1%**, para **20,7 milhões de euros**.
- **Melhoria generalizada** dos **indicadores de qualidade do crédito**. **Custo do risco** de **60 pb** no **Grupo** (69 pb ajustado de reversões *one-off*) e de **68 pb** em **Portugal** (79 pb ajustado de reversões *one-off*).
- **Crescimento** da base de **Cientes**, com destaque para os **Cientes mobile** (**+543 mil**, dos quais **+196 mil** em Portugal).
- **Banco líder** na **satisfação** com os **canais digitais** (Basef, 5 maiores bancos).

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A., Sociedade Aberta.
Sede: Praça D. João I, 28, 4000-295 Porto.
Capital Social: 4.725.000.000,00 Euros.
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial
do Porto com o número único de matrícula e de
identificação fiscal 501 525 882.
LEI: JU1U6SODG9YLT7N8ZV32

DIREÇÃO DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Bernardo Collaço

Telf. +351 211 131 084

investors@millenniumbcp.pt

bernardo.collaco@millenniumbcp.pt

alexandre.moita@millenniumbcp.pt

CONTACTO DE IMPRENSA

Erik T. Burns

Telf. +351 211 131 242

Tlm. +351 917 265 020

erik.burns@millenniumbcp.pt

cintia.barbas@millenniumbcp.pt



SÍNTESE DE INDICADORES (1)

Milhões de euros

	30 set. 21	30 set. 20	Var. 21/20
BALANÇO			
Ativo total	91.463	85.980	6,4%
Situação líquida	7.358	7.479	-1,6%
Crédito a clientes (líquido)	56.414	53.833	4,8%
Recursos totais de clientes	90.556	83.284	8,7%
Recursos de clientes de balanço	69.863	64.494	8,3%
Depósitos e outros recursos de clientes	68.321	62.997	8,5%
Crédito a clientes (líq.) / Depósitos e outros recursos de clientes (2)	82,6%	85,5%	
Crédito a clientes (líq.) / Recursos de clientes de balanço	80,7%	83,5%	
RESULTADOS			
Margem financeira	1.168,6	1.153,7	1,3%
Produto bancário	1.706,4	1.662,7	2,6%
Custos operacionais	851,7	812,7	4,8%
Custos operacionais excluindo itens específicos (3)	764,1	785,2	-2,7%
Imparidade do crédito (líq. de recuperações)	264,0	374,2	-29,4%
Outras imparidades e provisões	462,0	176,4	161,9%
Impostos sobre lucros	143,1	121,6	17,7%
Resultado líquido	59,5	146,3	-59,3%
RENDIBILIDADE E EFICIÊNCIA			
Produto bancário / Ativo líquido médio (2)	2,5%	2,6%	
Rendibilidade do ativo médio (ROA)	0,0%	0,3%	
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam / Ativo líquido médio (2)	0,2%	0,5%	
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE)	1,4%	3,4%	
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam / Capitais próprios médios (2)	2,5%	5,8%	
Taxa de margem financeira	1,91%	2,03%	
Rácio de eficiência <i>core</i> (2) (3)	44,9%	47,5%	
Rácio de eficiência (2)	49,9%	48,9%	
Rácio de eficiência (2) (3)	44,8%	47,2%	
Rácio de eficiência (atividade em Portugal) (2) (3)	43,8%	47,6%	
Custos com o pessoal / Produto bancário (2) (3)	25,2%	26,9%	
QUALIDADE DO CRÉDITO			
Custo do risco (líq. recuperações, em p.b.)	60	90	
<i>Non-Performing Exposures</i> / Crédito a clientes	4,9%	6,5%	
Imparidade do crédito (balanço) / NPE	67,9%	62,2%	
Crédito reestruturado / Crédito a clientes	4,4%	5,2%	
LIQUIDEZ			
<i>Liquidity Coverage Ratio</i> (LCR)	264%	243%	
<i>Net Stable Funding Ratio</i> (NSFR)	147%	140%	
CAPITAL (4)			
Rácio <i>common equity tier I phased-in</i>	11,9%	12,4%	
Rácio <i>common equity tier I fully implemented</i>	11,8%	12,4%	
Rácio total <i>fully implemented</i>	15,2%	15,7%	
SUCURSAIS			
Atividade em Portugal	447	489	-8,6%
Atividade internacional	865	927	-6,7%
COLABORADORES			
Atividade em Portugal	6.511	7.152	-9,0%
Atividade internacional (5)	9.884	10.708	-7,7%

Notas:

(1) Alguns indicadores são apresentados segundo os critérios de gestão do Grupo, cujos conceitos se encontram descritos e detalhados no glossário. Na sequência do acordo celebrado em 29 de junho de 2021 com o Union Bancaire Privée, UBP S.A. respeitante à venda da totalidade do capital social do Banque Privée BCP (Suisse) S.A., o contributo desta subsidiária para o resultado consolidado do Grupo encontra-se refletido como resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação na atividade internacional, tendo a informação histórica sido reexpressa por forma a assegurar a sua comparabilidade, conforme previsto na IFRS 5. A relevação dos ativos e passivos do Banque Privée BCP (Suisse) S.A. não foi alterada face ao critério considerado nas demonstrações financeiras publicadas em períodos anteriores. Neste contexto, e tendo em conta a imaterialidade dos saldos de balanço da subsidiária suíça no cômputo global do Grupo, o cálculo dos vários indicadores apresentados e que relacionam o desempenho da conta de exploração com os agregados de balanço não foram ajustados, com exceção da taxa de margem financeira, cujo apuramento reflete o facto de os ativos da referida subsidiária terem deixado de ser considerados ativos geradores de juros no período em curso e na informação histórica apresentada.

(2) De acordo com a Instrução do Banco de Portugal n.º 16/2004, na versão vigente.

(3) Exclui itens específicos: impacto negativo de 87,6 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2021, relacionado maioritariamente com custos de ajustamento do quadro de pessoal, reconhecidos como custos com o pessoal na atividade em Portugal, incluindo uma provisão para fazer face aos custos relacionados com o ajustamento do quadro de pessoal em curso, no montante de 81,4 milhões de euros. Nos primeiros nove meses de 2020, o impacto também foi negativo, no montante de 27,6 milhões de euros, dos quais 15,8 milhões de euros referentes a custos de ajustamento do quadro de pessoal e à compensação pelo ajuste temporário da remuneração dos colaboradores do Banco, ambos reconhecidos como custos com o pessoal na atividade em Portugal e 11,8 milhões de euros relativos a custos com a aquisição, fusão e integração do Euro Bank S.A., reconhecidos pela subsidiária polaca (7,1 milhões de euros como custos com o pessoal, 4,4 milhões de euros como outros gastos administrativos e 0,4 milhões de euros como amortizações do exercício). No cálculo dos indicadores de eficiência não estão também a ser considerados os itens específicos relevados no produto bancário, no montante de 0,1 milhões de euros, reconhecidos pela subsidiária polaca, nos primeiros nove meses de 2020, relativos a custos com a aquisição, fusão e integração do Euro Bank S.A.

(4) Os rácios de capital com referência a 30 de setembro de 2021 e 30 de setembro de 2020 incluem os resultados líquidos positivos acumulados dos respetivos períodos. Os rácios apurados para 30 de setembro de 2021 correspondem a valores estimados, não auditados.

(5) Dos quais, na Polónia: 7.172 colaboradores em 30 de setembro de 2021 (correspondendo a 7.035 FTE - *Full-time equivalent*) e 7.997 colaboradores em 30 de setembro de 2020 (correspondendo a 7.846 FTE - *Full-time equivalent*).

RESULTADOS E ATIVIDADE NOS PRIMEIROS NOVE MESES DE 2021

Nos primeiros nove meses do ano, o Millennium bcp continuou a demonstrar a resiliência do seu modelo de negócio e a sua capacidade de adaptação a um contexto fortemente marcado pela evolução da crise pandémica. O Banco tem procurado dar resposta às necessidades dos Clientes ao longo deste período, continuando a apoiar empresas e famílias, nomeadamente perante os desafios enfrentados em cada momento. Nesse sentido, importa salientar o aumento do montante total de crédito concedido pelo Banco ao abrigo das linhas COVID-19 garantidas pelo Estado Português e também dos acordos estabelecidos com o Fundo Europeu de Investimento, sendo de referir que estas linhas de crédito apoiam principalmente pequenas e médias empresas portuguesas, permitindo reforçar a presença do Banco neste segmento. Paralelamente, o Banco mantém o enfoque na constante inovação tecnológica, tendo em vista o reforço das suas capacidades digitais, cada vez mais valorizadas pelos clientes. Neste âmbito, importa referir o crescimento continuado da base de clientes do Banco, com especial destaque para os Clientes *mobile*, bem como o reconhecimento externo, materializado nos vários prémios e distinções que o Banco recebeu, e que também refletem o seu compromisso com as pessoas e com a Sociedade.

No dia 29 de junho de 2021, o Banco Comercial Português, S.A. informou, através de um comunicado, que havia celebrado naquele dia um acordo com o Union Bancaire Privée, UBP SA respeitante à venda da totalidade do capital social do Banque Privée BCP (Suisse) SA ("Banque Privée"). A concretização da transação encontra-se sujeita à verificação das condições habituais para a realização deste tipo de transação, incluindo a não-oposição das instâncias de supervisão locais competentes. O BCP estima que o preço de venda e o impacto (positivo) nos resultados consolidados do exercício em curso, em base proforma a 31 de março de 2021, se situem, respetivamente, entre 119 e 128 milhões de euros e 41 e 50 milhões de euros. Estes valores estão sujeitos a ajustamentos decorrentes da evolução dos ativos sob gestão e da atividade do Banque Privée BCP SA, apenas ficando definitivamente fixados após a data de concretização da operação. A venda do Banque Privée permitirá ao Grupo BCP prosseguir a estratégia de enfoque de recursos e da gestão nas geografias *core*, potenciando o desenvolvimento destas e dessa forma a criação de valor para os *stakeholders*. Na sequência deste acordo e do disposto na IFRS 5, o contributo da subsidiária suíça para o resultado consolidado do Grupo encontra-se refletido como resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação na atividade internacional, tendo a informação histórica sido reexpressa desde janeiro de 2020, por forma a assegurar a sua comparabilidade. A relevação dos ativos e passivos do Banque Privée BCP (Suisse) S.A. não foi alterada face ao critério considerado nas demonstrações financeiras publicadas em períodos anteriores. Neste contexto, e tendo em conta a imaterialidade dos saldos de balanço da subsidiária suíça no cômputo global do Grupo, o cálculo dos vários indicadores apresentados e que relacionam o desempenho da conta de exploração com os agregados de balanço não foram ajustados, com exceção da taxa de margem financeira, cujo apuramento reflete o facto de os ativos da referida subsidiária terem deixado de ser considerados ativos geradores de juros no período em curso e na informação histórica apresentada.

No primeiro semestre de 2021, o Grupo alterou a forma de apresentação das provisões constituídas pelo Bank Millennium para fazer face ao risco legal associado aos créditos hipotecários concedidos em francos suíços, tendo passado a reconhecê-las como uma redução do valor contabilístico bruto dos empréstimos para os quais é esperada uma redução nos fluxos de caixa futuros de acordo com o disposto na IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, anteriormente reconhecidas no passivo de acordo com a IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Neste sentido, o Grupo procedeu à reexpressão da informação anteriormente publicada, para todos os períodos com início a 1 de janeiro de 2020, verificando-se simultaneamente uma redução do valor de balanço da carteira de crédito a clientes e das outras provisões do passivo, face à posição financeira anteriormente divulgada pelo Grupo. A constituição de provisões de acordo com o enquadramento previsto na IAS 37 passará a ser aplicada apenas às situações de litígio relacionadas com processos de crédito já reembolsados e não refletidos no Balanço do Grupo. Adicionalmente, o Bank Millennium alterou a apresentação dos juros dos instrumentos financeiros derivados

que não se enquadram na definição de contabilidade de cobertura formal prevista na IFRS 9. Tendo em conta que estes instrumentos, embora incluídos na carteira de negociação, foram contratados com o objetivo de estabelecer uma relação de cobertura económica do risco dos ativos ou passivos financeiros cobertos, a subsidiária polaca passou, a partir do primeiro semestre de 2021, a relevar os respetivos juros em margem financeira, quando anteriormente eram reconhecidos em resultados de operações financeiras. Neste sentido, as demonstrações financeiras do Grupo publicadas em períodos anteriores foram reexpressas, a partir de 1 de janeiro de 2020, de forma a garantir a comparabilidade da informação.

RESULTADOS

O **resultado líquido** consolidado do Millennium bcp situou-se em 59,5 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2021, revelando-se inferior aos 146,3 milhões de euros alcançados no período homólogo do ano anterior. Esta evolução foi determinada pelo desempenho da atividade internacional, fortemente penalizado pelo reforço expressivo das imparidades e provisões para fazer face ao risco legal associado aos créditos hipotecários concedidos em moeda estrangeira pela subsidiária polaca. O resultado da atividade em Portugal, por sua vez, apresentou um crescimento face ao montante alcançado nos primeiros nove meses de 2020, pese embora o mesmo tenha sido condicionado pelo reconhecimento de uma provisão para custos com o pessoal destinada a fazer face aos custos com o plano de ajustamento do quadro de pessoal em curso. Além dos principais impactos referidos, a evolução do resultado líquido do Grupo reflete também, embora em menor escala, a redução dos resultados em operações financeiras, dos resultados por equivalência patrimonial e dos rendimentos de instrumentos de capital. Por outro lado, importa salientar o crescimento dos proveitos *core*, com especial destaque para as comissões, o menor nível de provisionamento da carteira de crédito e a evolução dos outros proveitos de exploração líquidos, que se revelaram menos negativos do que no mesmo período de 2020.

De referir que, não obstante o impacto extraordinário relacionado com a provisão para o ajustamento do quadro de pessoal, reconhecida em custos com o pessoal na atividade em Portugal, no montante de 81,4 milhões de euros, o resultado antes de imparidades e provisões do Grupo ascendeu a 854,7 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2021, situando-se ligeiramente acima (0,6%) do montante obtido no período homólogo do ano anterior. Importa salientar que, excluindo a referida provisão, considerada como item específico, e excluindo também os restantes itens específicos¹ em ambos os períodos, o resultado antes de imparidades e provisões do Grupo cresceu 7,4% face aos primeiros nove meses de 2020.

Na atividade em Portugal, o resultado líquido totalizou 115,2 milhões de euros até final de setembro de 2021, evidenciando um crescimento de 25,3% face aos 91,9 milhões de euros obtidos em igual período de 2020. Esta evolução foi, ainda assim, condicionada pela constituição da já referida provisão, no montante de 81,4 milhões de euros, para fazer face aos custos com o plano de ajustamento do quadro de pessoal em curso, na sequência da análise efetuada às necessidades do Banco face à capacidade existente, tendo em conta também a adaptação dos modelos e processos de negócio às novas tecnologias. Apesar da necessidade de ajustamento do quadro de pessoal já ter sido identificada no âmbito do plano estratégico Mobilizar 2018/2021 e deste ajustamento ter sido previsto para o ano de 2020, o surgimento da pandemia associada à COVID-19 e os seus efeitos na economia e na vida das

¹ Os itens específicos referidos totalizaram 87,6 milhões de euros, nos primeiros nove meses de 2021, foram integralmente reconhecidos na atividade em Portugal e estão maioritariamente relacionados com custos de ajustamento do quadro de pessoal, incluindo a provisão constituída na sequência do ajustamento do quadro de pessoal em curso que ascendeu a 81,4 milhões de euros. Nos primeiros nove meses de 2020, os itens específicos do Grupo cifraram-se em 27,6 milhões de euros, dos quais 15,8 milhões de euros reconhecidos na atividade em Portugal, associados a custos de ajustamento do quadro de pessoal e à compensação pelo ajuste temporário da remuneração dos colaboradores e 11,8 milhões de euros reconhecidos na atividade internacional relacionados com custos com a aquisição, fusão e integração do Euro Bank S.A.

famílias levaram o Banco a adiar a sua implementação. O desempenho favorável da atividade em Portugal ficou a dever-se principalmente ao crescimento dos proveitos *core*, à redução das necessidades de provisionamento da carteira de crédito e à evolução positiva dos resultados em operações financeiras. Embora com menor expressão, os outros proveitos de exploração líquidos também se revelaram menos negativos do que nos primeiros nove meses de 2020. Inversamente, o desempenho do resultado líquido na atividade em Portugal encontra-se condicionado principalmente pelo aumento das outras imparidades e provisões face aos primeiros nove meses de 2020. De referir ainda que, excluindo os itens específicos¹, que incorporam a já referida provisão para fazer face aos custos com o plano de ajustamento do quadro de pessoal em curso, os custos operacionais refletem uma redução de 1,4% no período em análise.

Na atividade internacional, o resultado líquido cifrou-se em 55,7 milhões de euros negativos nos primeiros nove meses de 2021, evidenciando uma quebra significativa face aos lucros de 54,4 milhões de euros apurados no período homólogo do ano anterior. Esta evolução ficou a dever-se sobretudo ao contributo da subsidiária polaca, determinado pelo reforço das imparidades e provisões, para fazer face ao risco legal associado aos créditos hipotecários concedidos em moeda estrangeira, que ascendeu a 313,5 milhões de euros (montante líquido do valor originado pelas operações do Euro Bank S.A., a ser reembolsado pela Société Générale, S.A.) nos primeiros nove meses de 2021, consideravelmente acima dos 67,2 milhões de euros reconhecidos no período homólogo do ano anterior. Adicionalmente, a evolu o do resultado líquido da subsidiária polaca incorpora também o impacto negativo decorrente dos acordos entretanto celebrados com os clientes detentores dos créditos em francos su cos, refletido em resultados em opera es financeiras. Em contrapartida, importa salientar o menor nível de provisionamento da carteira de crédito da subsidiária polaca e a evolu o dos outros proveitos de explora o líquidos que se revelaram menos negativos do que no mesmo período de 2020, em grande parte devido ao valor a receber da Société Générale, na sequência do contrato de aquisi o do Euro Bank S.A. associado ao risco legal relativo aos créditos hipotecários em moeda estrangeira. Paralelamente, o resultado líquido da atividade internacional foi influenciado, embora com menor impacto, pelo contributo do Banco Millennium Atlântico em Angola que também se revelou inferior ao verificado nos primeiros nove meses de 2020, enquanto o Millennium bim em Moçambique apresentou um resultado semelhante ao do período homólogo do ano anterior.

Importa ainda referir que na sequência do acordo celebrado em 29 de junho de 2021 com o Union Bancaire Privée, UBP S.A. respeitante   venda da totalidade do capital social do Banque Privée BCP (Suisse) S.A., o contributo desta subsidiária para o resultado da atividade internacional e conseqentemente para o resultado consolidado do Grupo (4,7 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2021 e 4,5 milhões de euros no mesmo período de 2020), encontra-se refletido como resultados de opera es descontinuadas ou em descontinua o, tendo a informa o histórica sido reexpressa por forma a assegurar a sua comparabilidade.

O **resultado operacional *core*** consolidado do Millennium bcp ascendeu a 851,1 milhões de euros, situando-se 1,4% acima do valor registado no mesmo período do ano anterior. Refira-se, no entanto que, excluindo os itens espec ficos¹, o resultado operacional *core* situou-se 8,3% acima dos 866,7 milhões de euros obtidos nos primeiros nove meses de 2020, totalizando 938,7 milhões de euros até final de setembro de 2021, traduzindo, por um lado, a resiliência dos proveitos *core* e, por outro, a evolu o favorável dos custos operacionais.

Na atividade em Portugal, o resultado operacional *core* (excluindo itens específicos) situou-se 12,1% acima dos 483,9 milhões de euros apurados nos primeiros nove meses de 2020, ascendendo a 542,7 milhões de euros no mesmo período do ano corrente, tendo beneficiado sobretudo da expansão dos proveitos *core*, mas também da redu o dos custos operacionais recorrentes.

Na atividade internacional, o resultado operacional *core* (excluindo itens específicos) cifrou-se em 396,1 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2021, apresentando um crescimento de 3,5% face aos 382,7 milhões de euros apurados no período homólogo do ano anterior.

A **margem financeira** ascendeu a 1.168,6 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2021, evoluindo favoravelmente face aos 1.153,7 milhões de euros apurados no período homólogo do ano anterior. Este crescimento reflete o desempenho da atividade em Portugal, apesar de o mesmo ter sido, em grande parte, absorvido pela redução verificada na atividade internacional, influenciada pela redução das taxas de juro de referência na Polónia.

Na atividade em Portugal, a margem financeira revelou-se 4,8% acima dos 591,2 milhões de euros contabilizados até setembro de 2020, ascendendo a 619,5 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2021. Este desempenho ficou a dever-se em larga medida à significativa redução do custo do *funding*, determinada pelo impacto positivo resultante do financiamento adicional obtido junto do Banco Central Europeu, através da participação na nova operação de refinanciamento de prazo alargado direcionada (TLTRO III). Para além de ter elevado a sua participação na referida operação, primeiro para 7.550 milhões de euros, em junho de 2020, e posteriormente para 8.150 milhões de euros, em março de 2021, o Banco beneficiou ainda de uma taxa de juro negativa mais favorável, destinada a incentivar a concessão de crédito à economia. Paralelamente, os custos suportados com a emissão de dívida subordinada, revelaram-se inferiores aos registados nos primeiros nove meses de 2020, refletindo o vencimento de algumas emissões durante o período em análise. A evolução da margem financeira na atividade em Portugal beneficiou ainda da redução da remuneração da carteira de depósitos de clientes, pese embora se tenha assistido a um crescimento do saldo médio dos depósitos remunerados. Em contrapartida, as taxas de juro, situadas em níveis historicamente baixos, continuaram a condicionar fortemente o rendimento gerado pela carteira de crédito *performing*, cujos ganhos nos primeiros nove meses de 2021 se revelaram inferiores aos registados no mesmo período do ano anterior. Esta situação foi particularmente visível no crédito concedido a particulares, uma vez que o rendimento gerado pelos empréstimos concedidos às empresas se situou ligeiramente acima do verificado nos primeiros nove meses de 2020, ao beneficiar do aumento dos volumes de crédito, incluindo os empréstimos concedidos às empresas no âmbito das linhas de crédito garantidas pelo Estado Português, na sequência da pandemia provocada pela COVID-19. Por outro lado, o significativo ritmo de redução de NPE e os menores ganhos com dívida pública apurados no período em análise contribuíram de forma negativa para a evolução da margem financeira.

Na atividade internacional, a margem financeira cifrou-se em 549,1 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2021, que compara com 562,5 milhões de euros apurados no período homólogo do ano anterior. A subsidiária polaca foi a principal responsável por esta evolução, condicionada pelos sucessivos cortes das taxas de juro de referência impostos pelo Banco Central Polaco no primeiro semestre de 2020 que, para fazer face aos impactos da pandemia COVID-19, colocaram as taxas de juro de referência próximas de zero. Paralelamente, o desempenho da margem financeira na atividade internacional também se encontra penalizado pela evolução cambial quer do zloti quer do metical face ao euro.

A taxa de margem financeira do Grupo evoluiu de 2,03% nos primeiros nove meses de 2020, para 1,91% no mesmo período do ano corrente, refletindo o desempenho quer da atividade em Portugal, quer da atividade internacional. Na atividade em Portugal, a taxa de margem financeira situou-se abaixo dos 1,55% registados nos primeiros nove meses de 2020, fixando-se em 1,45% no mesmo período de 2021, pressionada pelo aumento dos volumes em balanço, pelo aumento do peso do *buffer* de liquidez, pelo contexto de taxas de juro negativas, pelo maior peso dos produtos com taxas mais baixas na produção de crédito no contexto especial da pandemia e pela perda de rendimento associada à redução da carteira de NPE. A taxa de margem financeira na atividade internacional, por sua vez, evoluiu de 3,01% nos primeiros nove meses de 2020, para 2,99% no mesmo período de 2021.

Os **resultados por equivalência patrimonial** em conjunto com os **rendimentos de instrumentos de capital**, que incluem os dividendos e os rendimentos de partes de capital recebidos de investimentos classificados como ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e como ativos financeiros detidos para negociação, totalizaram 43,0 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2021, que compara com 59,0 milhões de euros apurados no período homólogo do ano anterior, refletindo o desempenho tanto da atividade em Portugal, como principalmente da atividade internacional.

Na atividade em Portugal, os resultados por equivalência patrimonial em conjunto com os rendimentos de instrumentos de capital evoluíram dos 48,5 milhões de euros apurados nos primeiros nove meses de 2020, para 43,9 milhões de euros no mesmo período de 2021, refletindo essencialmente o desempenho dos rendimentos de instrumentos de capital, na medida em que os mesmos se revelaram imateriais face aos 4,0 milhões de euros apurados nos primeiros nove meses de 2020. No que respeita aos resultados por equivalência patrimonial, importa referir que a sua evolução incorpora dinâmicas distintas. Nesse sentido, o menor contributo gerado pela Millennium Ageas nos primeiros nove meses de 2021, devido em boa parte ao impacto positivo extraordinário, decorrente da avaliação dos passivos de contratos de seguro locais com base em pressupostos consistentes com os utilizados pela casa-mãe, no primeiro semestre de 2020, foi em grande parte compensado pelo aumento de rendimentos gerados por outras participações, nomeadamente pela participação na SIBS e na Unicre.

Na atividade internacional, os resultados por equivalência patrimonial em conjunto com os rendimentos de instrumentos de capital evoluíram dos 10,5 milhões de euros positivos apurados nos primeiros nove meses de 2020, para 0,9 milhões de euros negativos no mesmo período do ano corrente, devido à menor apropriação dos resultados gerados pelo Banco Millennium Atlântico em Angola, fortemente condicionados pelos impactos decorrentes da situação económica do país.

As **comissões líquidas**² situaram-se 7,2% acima dos 498,2 milhões de euros apurados nos primeiros nove meses de 2021, ascendendo a 534,2 milhões de euros no mesmo período do ano corrente. A evolução favorável das comissões líquidas verificou-se tanto na atividade em Portugal como na atividade internacional, em ambos os casos devido ao desempenho, quer das comissões bancárias, quer das comissões relacionadas com os mercados, não obstante os impactos associados à pandemia COVID-19 em alguns tipos de comissões.

Na atividade em Portugal, as comissões líquidas alcançaram 376,6 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2021, apresentando um aumento de 6,8% face aos 352,5 milhões de euros registados no período homólogo do ano anterior. As comissões relacionadas com o negócio bancário situaram-se 5,8% acima do montante contabilizado nos primeiros nove meses de 2020, enquanto as comissões relacionadas com os mercados financeiros cresceram 12,7% no período em análise.

Até ao final de setembro do ano corrente, as comissões relacionadas com o negócio bancário, na atividade em Portugal, totalizaram 318,2 milhões de euros, com o aumento face aos 300,7 milhões de euros apurados no mesmo período de 2020 a dever-se sobretudo ao desempenho das comissões relacionadas com transferências de valores, comissões de gestão e manutenção de contas e comissões de crédito. Por outro lado, as comissões diretamente relacionadas com cartões permaneceram num patamar inferior ao verificado no período homólogo do ano anterior. As comissões relacionadas com o mercado na atividade em Portugal, por sua vez, também apresentaram um

² No decorrer de 2020, foram efetuadas algumas reclassificações contabilísticas, com vista a melhorar a qualidade da informação reportada. Os valores históricos das rubricas objeto de reclassificação, considerados para efeitos da presente análise, estão apresentados de acordo com as reclassificações efetuadas, com o objetivo de assegurar a sua comparabilidade, não tendo o montante total das comissões líquidas divulgado em períodos anteriores sofrido qualquer alteração.

crescimento, de 51,8 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2020, para 58,4 milhões de euros no mesmo período de 2021, devido principalmente ao desempenho das comissões associadas à distribuição de fundos de investimento de terceiros.

Na atividade internacional, as comissões líquidas totalizaram 157,6 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2021, crescendo 8,2% em relação aos 145,7 milhões de euros obtidos no mesmo período de 2020, essencialmente devido ao desempenho das comissões bancárias na subsidiária polaca e também, ainda que numa escala menor, na subsidiária em Moçambique.

COMISSÕES LÍQUIDAS

Milhões de euros

	9M21	9M20	Var. 21/20
Comissões bancárias	452,7	423,6	6,9%
Cartões e transferências de valores	131,0	116,3	12,7%
Crédito e garantias	114,3	109,5	4,5%
Bancassurance	87,3	90,7	-3,8%
Gestão e manutenção de contas	110,9	97,6	13,6%
Outras comissões	9,2	9,5	-3,4%
Comissões relacionadas com mercados	81,5	74,6	9,3%
Operações sobre títulos	42,1	41,7	0,9%
Gestão de ativos	39,4	32,9	19,9%
COMISSÕES LÍQUIDAS	534,2	498,2	7,2%
das quais:			
Atividade em Portugal	376,6	352,5	6,8%
Atividade internacional	157,6	145,7	8,2%

Os **resultados em operações financeiras** cifraram-se em 71,0 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2021, que compara com 95,2 milhões de euros registados no período homólogo do ano anterior, com esta evolução a ser determinada pelo desempenho da atividade internacional, que absorveu na íntegra o crescimento registado na atividade em Portugal.

Nos primeiros nove meses de 2021, os resultados em operações financeiras na atividade em Portugal, ascenderam a 64,1 milhões de euros, situando-se 37,1% acima dos 46,8 milhões de euros apurados no mesmo período do ano anterior. Este desempenho foi possível graças aos menores custos reconhecidos com a reavaliação dos fundos de reestruturação empresarial, que ascenderam a 38,3 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2021, em comparação com os 66,9 milhões de euros que haviam sido contabilizados no período homólogo do ano anterior, cujo montante incorporava maioritariamente o impacto da revisão dos pressupostos assumidos na avaliação dos ativos subjacentes, à luz do contexto adverso provocado pela pandemia COVID-19. Adicionalmente, o bom desempenho dos resultados em operações financeiras reflete também os menores custos suportados com a alienação de créditos e um montante mais elevado de mais valias relacionadas com a venda de títulos, face ao

montante apurado no período homólogo do ano anterior. Por outro lado, a evolução dos resultados em operações financeiras foi penalizada pelo facto dos ganhos significativos que haviam sido reconhecidos nos primeiros nove meses de 2020, relacionados com a cobertura cambial da participação que o Grupo detém na Polónia, na sequência da desvalorização do zloti, não se terem repetido no ano em curso.

Na atividade internacional, os resultados em operações financeiras situaram-se em 6,9 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2021, significativamente aquém dos 48,4 milhões de euros registados em igual período do ano anterior. O desempenho da subsidiária polaca foi determinante para esta evolução, condicionado pelos custos suportados com a conversão de créditos hipotecários concedidos em francos suíços, na sequência dos acordos entretanto celebrados com os clientes detentores desses créditos. O desempenho dos resultados em operações financeiras na subsidiária polaca reflete ainda os menores proveitos com a alienação de obrigações.

Os **outros proveitos de exploração líquidos**³, que entre outros, incorporam os custos relacionados com as contribuições obrigatórias dos bancos e com os fundos de garantia de depósitos e de resolução, evoluíram favoravelmente face aos 143,3 milhões de euros negativos apurados nos primeiros nove meses de 2020, fixando-se em 110,4 milhões de euros também negativos no mesmo período de 2021. Esta evolução reflete maioritariamente o bom desempenho da atividade internacional, beneficiando também, ainda que em menor escala, do desempenho da atividade em Portugal.

Na atividade em Portugal, os outros proveitos de exploração líquidos ascenderam a 68,6 milhões de euros negativos nos primeiros nove meses de 2021, que compara com 72,2 milhões de euros também negativos no período homólogo do ano anterior. Esta evolução reflete, por um lado, os ganhos reconhecidos com a alienação de ativos não correntes detidos para venda nos primeiros nove meses de 2021, que contrastam com as perdas geradas em igual período do ano anterior, e por outro, o aumento em 7,2 milhões de euros dos custos suportados com as contribuições obrigatórias, que evoluíram de 70,1 milhões de euros, para 77,2 milhões de euros no mesmo período. Refira-se que do montante total dos custos reconhecidos com contribuições obrigatórias até final de setembro de 2021, 56,2 milhões de euros são referentes às contribuições obrigatórias sobre o sector bancário em Portugal e ao Fundo de Resolução Nacional.

Na atividade internacional, os outros proveitos de exploração líquidos³ evoluíram de forma bastante favorável, de 71,0 milhões de euros negativos nos primeiros nove meses do ano, para 41,9 milhões de euros também negativos registados no período homólogo do ano anterior. A subsidiária polaca foi a grande responsável por esta evolução, refletindo maioritariamente o reembolso, no montante de 32,8 milhões de euros, a receber da Société Générale relacionado com os custos suportados com o risco legal relativo aos créditos hipotecários em moeda estrangeira, na sequência do contrato de aquisição do Euro Bank S.A. Paralelamente, a redução dos custos suportados com as contribuições obrigatórias a que a operação polaca está sujeita também contribuiu favoravelmente para a evolução dos outros proveitos de exploração líquidos na atividade internacional.

³ O montante de outros proveitos de exploração líquidos inclui os itens específicos reconhecidos pela subsidiária polaca, nos primeiros nove meses de 2020, no total de 0,1 milhões de euros, referentes a custos com a aquisição, fusão e integração do Euro Bank S.A.

Os **custos operacionais**, não considerando o efeito dos itens específicos⁴, totalizaram 764,1 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2021, evidenciando uma redução de 2,7% face aos 785,2 milhões de euros registados no período homólogo do ano anterior. Esta evolução reflete o enfoque do Grupo no compromisso assumido relativo à melhoria de eficiência, quer na atividade em Portugal, quer na atividade internacional.

Na atividade em Portugal, os custos operacionais, não considerando o efeito dos itens específicos, cifraram-se em 453,5 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2021, situando-se 1,4% abaixo dos 459,7 milhões de euros contabilizados no período homólogo de 2020. Os itens específicos referidos totalizaram 87,6 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2021 e 15,8 milhões de euros no mesmo período de 2020, sendo que o aumento significativo reconhecido até setembro do ano corrente, incorpora maioritariamente o impacto dos ajustamentos ao quadro de pessoal em curso. O bom desempenho dos custos operacionais na atividade em Portugal, excluindo os itens específicos, ficou a dever-se às poupanças obtidas nos custos com o pessoal, na medida em que os outros gastos administrativos se situaram num patamar semelhante ao verificado nos primeiros nove meses de 2020, e as amortizações do exercício registaram um aumento no mesmo período.

Na atividade internacional, os custos operacionais, excluindo o efeito dos itens específicos (11,8 milhões de euros reconhecidos pela subsidiária polaca nos primeiros nove meses de 2020, relativos a custos com a aquisição, fusão e integração do Euro Bank S.A.), registaram uma redução de 4,5% face aos 325,4 milhões de euros contabilizados nos primeiros nove meses de 2020, fixando-se em 310,6 milhões de euros no mesmo período de 2021. A subsidiária polaca foi a principal responsável pela evolução registada, quer no que respeita aos custos com o pessoal quer aos outros gastos administrativos e às amortizações. Esta evolução reflete, por um lado, o impacto das sinergias obtidas após a fusão com o Euro Bank S.A. e por outro o efeito das medidas de melhoria de eficiência, entre as quais se destaca a significativa redução do número de colaboradores e de sucursais.

Em termos consolidados, a redução verificada nos custos operacionais, conjuntamente com o aumento dos proveitos *core* e do produto bancário, levou a que o rácio de eficiência e o rácio de eficiência *core* do Grupo, excluindo os itens específicos, se situassem abaixo dos valores apurados nos primeiros nove meses de 2020 (47,2% e 47,5%, respetivamente) fixando-se em 44,8% e 44,9%, respetivamente.

Os **custos com o pessoal** apresentaram uma redução de 3,7% face aos 447,1 milhões de euros contabilizados nos primeiros nove meses de 2020, totalizando 430,7 milhões de euros no mesmo período do ano corrente, devido ao desempenho favorável quer da atividade em Portugal, quer da atividade internacional. Esta evolução não considera o efeito dos itens específicos no montante de 87,6 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2021 e de 22,8 milhões de euros no período homólogo do ano anterior. Nos primeiros nove meses de 2021, os itens específicos dizem respeito integralmente à atividade em Portugal estando relacionados sobretudo com custos de ajustamento do quadro de pessoal. O montante referido inclui maioritariamente o impacto do ajustamento do quadro de pessoal em curso, na sequência da análise efetuada às necessidades do Banco face à capacidade existente, tendo em conta também a adaptação dos modelos e processos de negócio às novas tecnologias. Importa referir que esta necessidade de ajustamento do quadro de pessoal já havia sido identificada no âmbito do plano estratégico

⁴ Impacto negativo de 87,6 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2021, reconhecidos como custos com o pessoal na atividade em Portugal, relativos maioritariamente a custos de ajustamento do quadro de pessoal, incluindo uma provisão para fazer face aos custos relacionados com o ajustamento do quadro de pessoal em curso, no montante de 81,4 milhões de euros. Nos primeiros nove meses de 2020, o impacto também foi negativo, no montante de 27,6 milhões de euros, dos quais 15,8 milhões de euros referentes a custos de ajustamento do quadro de pessoal e à compensação pelo ajuste temporário da remuneração dos colaboradores do Banco, ambos reconhecidos como custos com o pessoal na atividade em Portugal e 11,8 milhões de euros relativos a custos com a aquisição, fusão e integração do Euro Bank S.A., reconhecidos pela subsidiária polaca (7,1 milhões de euros como custos com o pessoal, 4,4 milhões de euros como outros gastos administrativos e 0,4 milhões de euros como amortizações do exercício).

Mobilizar 2018/2021 estando prevista a sua implementação para o ano de 2020, tendo sido, no entanto, adiada devido aos efeitos da pandemia associada à COVID-19 na economia e na vida das famílias. Nos primeiros nove meses de 2020, os itens específicos incorporam, para além de custos de ajustamento do quadro de pessoal, os custos com a compensação pelo ajuste temporário da remuneração dos colaboradores da atividade em Portugal e os custos com a aquisição, fusão e integração do Euro Bank S.A., reconhecidos pela subsidiária polaca.

Na atividade em Portugal, os custos com o pessoal evidenciaram uma redução de 3,3% face aos 273,9 milhões de euros apurados nos primeiros nove meses de 2020, cifrando-se em 264,9 milhões de euros no período homólogo do ano corrente. Esta evolução não considera o impacto dos itens específicos, no montante de 87,6 milhões de euros, nos primeiros nove meses de 2021 e de 15,8 milhões de euros no mesmo período de 2020. Nos primeiros nove meses de 2021, os itens específicos incorporam a provisão contabilizada em junho deste ano, associada ao plano de ajustamento do quadro de pessoal em curso, no montante de 81,4 milhões de euros. A evolução favorável dos custos com o pessoal na atividade em Portugal, excluindo o impacto dos itens específicos, reflete principalmente a redução, em termos líquidos, do número de colaboradores que passou de 7.152 colaboradores em 30 de setembro de 2020, para 6.511 colaboradores em 30 de setembro de 2021.

Na atividade internacional, os custos com o pessoal cifraram-se em 165,8 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2021, evidenciando uma redução de 4,3% face aos 173,1 milhões de euros contabilizados em igual período do ano anterior. O impacto dos itens específicos, no montante de 7,1 milhões de euros, integralmente reconhecidos pela subsidiária polaca nos primeiros nove meses de 2020, relativos a custos com a aquisição, fusão e integração do Euro Bank S.A. não está a ser considerado nesta evolução.

A diminuição dos custos com o pessoal na atividade internacional ficou a dever-se essencialmente ao desempenho da subsidiária polaca, nomeadamente ao impacto associado à progressiva redução do número total de colaboradores, que evoluiu de 7.997 colaboradores (7.846 FTE - *full time equivalent*) em 30 de setembro de 2020, para 7.172 colaboradores (7.035 FTE - *full-time equivalent*) no final de setembro de 2021. Esta redução decorreu num contexto desafiante, marcado por uma forte redução das taxas de juro e pelos riscos implícitos na carteira de crédito à habitação em francos suíços, e que ditou assim a necessidade de aceleração da melhoria de eficiência.

Os **outros gastos administrativos** totalizaram 230,6 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2021, evidenciando uma redução de 2,4% face aos 236,2 milhões de euros contabilizados em igual período do ano anterior. Esta evolução não considera o impacto dos itens específicos, integralmente reconhecidos pela subsidiária polaca, nos primeiros nove meses de 2020, referentes a custos suportados com a aquisição, fusão e integração do Euro Bank S.A., no montante de 4,4 milhões de euros. O desempenho favorável dos outros gastos administrativos, em termos consolidados, reflete as poupanças obtidas na atividade internacional, na medida em que na atividade em Portugal, estes custos permaneceram praticamente em linha com os registados nos primeiros nove meses de 2020.

Na atividade em Portugal, os outros gastos administrativos cifraram-se em 128,4 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2021. Apesar de se situarem num patamar semelhante ao verificado no período homólogo do ano anterior, os outros gastos administrativos incorporam dinâmicas distintas no que se refere à evolução das diferentes rubricas, uma vez que as poupanças obtidas em algumas componentes foram integralmente absorvidas pelo aumento de custos observado noutras. Nesse sentido, salientam-se as reduções verificadas em custos relacionados com outros fornecimentos e serviços, água, energia e combustíveis, comunicações, deslocações, estadas e representações e transportes, refletindo em larga medida os impactos decorrentes da pandemia associada à COVID-19. Por outro lado, a retoma gradual da atividade em 2021, o maior número de projetos a ser implementado e uma maior atividade dos *call centers* levou a um crescimento dos custos associados a rendas e alugueres

(maioritariamente referentes a *software*), publicidade, estudos e consultas, *outsourcing* e trabalho independente e contencioso. Paralelamente, com o objetivo de uma gestão disciplinada dos custos, o Banco continua a implementar uma série de medidas entre as quais se destaca o redimensionamento da rede de sucursais, que evoluíram de 489 em 30 de setembro de 2020 para 447 em 30 de setembro de 2021.

Na atividade internacional, os outros gastos administrativos situaram-se 4,8% abaixo dos 107,4 milhões de euros registados nos primeiros nove meses de 2020, totalizando 102,2 milhões de euros no mesmo período de 2021. Nesta evolução não estão a ser considerados os itens específicos reconhecidos pela subsidiária polaca nos primeiros nove meses de 2020, no montante de 4,4 milhões de euros. A redução dos outros gastos administrativos na atividade internacional reflete essencialmente o desempenho da subsidiária polaca, cujas medidas de reestruturação em curso permitiram alcançar um conjunto de sinergias decorrentes da fusão com o EuroBank S.A. Entre as sinergias obtidas salienta-se a poupança de custos associada à otimização da rede de sucursais, cujo número total evoluiu das 726 existentes em 30 de setembro de 2020 para 665 no final de setembro de 2021.

As **amortizações do exercício** cifraram-se em 102,8 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2021, situando-se ligeiramente acima do montante apurado no período homólogo do ano anterior (+0,9%, excluindo os itens específicos reconhecidos pela subsidiária polaca nos primeiros nove meses de 2020, no montante de 0,4 milhões de euros). Esta evolução incorpora, no entanto, dinâmicas distintas, com o aumento verificado na atividade em Portugal a absorver integralmente a redução observada na atividade internacional.

Na atividade em Portugal, as amortizações do exercício totalizaram 60,2 milhões de euros até setembro de 2021, aumentando 5,5% face aos 57,0 milhões de euros registados no mesmo período de 2020. Esta evolução reflete essencialmente o aumento do investimento em *software* efetuado nos últimos anos, evidenciando o compromisso do Banco com o processo de transformação digital em curso e a aposta na inovação tecnológica, que permitiram uma capacidade de resposta imediata aos desafios impostos pelo impacto da pandemia associada à COVID-19.

Na atividade internacional, as amortizações do exercício ascenderam a 42,6 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2021, evidenciando uma redução de 5,0% face aos 44,9 milhões de euros (excluindo os itens específicos, no montante de 0,4 milhões de euros, reconhecidos pela subsidiária polaca) apurados no mesmo período do ano anterior. Esta evolução ficou a dever-se essencialmente à atividade da subsidiária polaca que beneficiou, em parte, das sinergias obtidas na sequência da integração do Euro Bank S.A. pelo Bank Millennium, S.A.

CUSTOS OPERACIONAIS (1)

Milhões de euros

	9M21	9M20	Var. 21/20
Custos com o pessoal	430,7	447,1	-3,7%
Outros gastos administrativos	230,6	236,2	-2,4%
Amortizações do exercício	102,8	101,9	0,9%
CUSTOS OPERACIONAIS	764,1	785,2	-2,7%
dos quais:			
Atividade em Portugal	453,5	459,7	-1,4%
Atividade internacional	310,6	325,4	-4,5%
Rácio de eficiência <i>core</i> do Grupo	44,9%	47,5%	
Rácio de eficiência do Grupo	44,8%	47,2%	

(1) Exclui o impacto dos itens específicos.

As dotações para **imparidade do crédito** (líquidas de recuperações) evidenciaram uma quebra de 29,4% face aos 374,2 milhões de euros reconhecidos nos primeiros nove meses de 2020, totalizando 264,0 milhões de euros no final de setembro do ano corrente. A evolução favorável da imparidade do crédito verificou-se tanto na atividade em Portugal, em que o decréscimo atingiu 21,8%, como na atividade internacional cuja redução foi de 47,0% no período em análise.

Na atividade em Portugal, as dotações para a imparidade do crédito (líquidas de recuperações) evoluíram dos 260,4 milhões de euros apurados nos primeiros nove meses de 2020, para 203,7 milhões de euros no mesmo período de 2021. Esta redução reflete, em parte, as imparidades extraordinárias que haviam sido constituídas nos primeiros nove meses de 2020, para fazer face ao aumento dos riscos implícitos ao contexto adverso que se vivia à data, decorrentes da pandemia associada à COVID-19. Neste contexto, a atualização dos parâmetros de risco de crédito considerados para efeitos de cálculo da imparidade coletiva, implicou que até ao final do terceiro trimestre de 2020 tivessem sido constituídas imparidades adicionais no montante de 71,7 milhões de euros. Por outro lado, nos primeiros nove meses de 2021, registaram-se impactos positivos extraordinários, não esperados, associados à atividade de um cliente individual que conduziram a menores necessidades de imparidade.

Na atividade internacional, as dotações para a imparidade do crédito (líquidas de recuperações), situaram-se em 60,3 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2021, comparando bastante favoravelmente com os 113,8 milhões de euros reconhecidos no período homólogo do ano anterior. Esta evolução ficou a dever-se sobretudo ao desempenho da subsidiária polaca, que reflete a melhoria verificada tanto no que se refere ao risco implícito nos créditos objeto de moratórias, entretanto expiradas, como ao risco da carteira de crédito, quer de clientes particulares quer de empresas. Adicionalmente, importa referir que o montante das imparidades reconhecidas pela subsidiária polaca nos primeiros nove meses de 2020 incorpora o reforço extraordinário de 15,7 milhões de euros efetuado para fazer face aos riscos implícitos à pandemia COVID-19, contribuindo também dessa forma para o decréscimo verificado no período. O desempenho da subsidiária em Moçambique também contribuiu, ainda que com menor expressão, para a boa evolução da imparidade do crédito na atividade internacional, tendo beneficiado da reversão da imparidade associada a um cliente individual, motivada pela dação em cumprimento do imóvel em garantia.

A evolução das dotações para imparidade (líquida de recuperações) em termos consolidados permitiu que o custo do risco (líquido de recuperações) do Grupo registasse uma melhoria face aos 90 pontos base observados nos primeiros nove meses de 2020, fixando-se em 60 pontos base no mesmo período de 2021. A melhoria do custo do risco verificou-se tanto na atividade em Portugal, onde evoluiu de 90 pontos base para 68 pontos base, como na atividade internacional onde se assistiu a uma redução de 88 pontos base para 44 pontos base no mesmo período.

Expurgando os impactos extraordinários anteriormente referidos (reversões *one-off*), quer na atividade em Portugal, quer na subsidiária em Moçambique, o custo do risco do Grupo e da atividade em Portugal, no final de setembro de 2021, seria de 69 pontos base e de 79 pontos base, respetivamente.

As **outras imparidades e provisões** totalizaram 462,0 milhões de euros até final de setembro de 2021, que compara com 176,4 milhões de euros registados no mesmo período do ano anterior, refletindo o desempenho tanto da atividade em Portugal como sobretudo da atividade internacional.

Na atividade em Portugal, as outras imparidades e provisões evoluíram de 72,3 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2020, para 103,3 milhões de euros no mesmo período do ano corrente, fortemente influenciadas pelo reforço das provisões para outros riscos e encargos. Inversamente, a imparidade de outros ativos e de outros ativos financeiros situaram-se num patamar inferior ao registado nos primeiros nove meses de 2020.

Na atividade internacional, as outras imparidades e provisões ascenderam a 358,7 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2021, mais do que duplicando face aos 104,1 milhões de euros apurados no período homólogo do ano anterior. O aumento registado ficou a dever-se em larga medida ao reforço em 346,3 milhões de euros (67,2 milhões de euros no mesmo período de 2020) da provisão extraordinária, constituída pela subsidiária polaca para fazer face ao risco legal associado aos créditos hipotecários em moeda estrangeira, na sequência das tendências negativas nas decisões judiciais, do aumento do número de novos processos judiciais e dos pressupostos mais conservadores aplicados na avaliação de risco. De referir que nos primeiros nove meses de 2021, o impacto desta provisão foi mitigado pelo reconhecimento de proveitos, no montante de 32,8 milhões de euros (refletidos na rubrica de outros proveitos de exploração líquidos), correspondente ao valor a receber da Société Générale, no âmbito do contrato de aquisi o do Euro Bank S.A. Por outro lado, o desempenho das outras imparidades e provisões na subsidiária polaca encontra-se influenciado pelas dota es adicionais, no valor de 13,7 milhões de euros, que haviam sido reconhecidas nos primeiros nove meses de 2020, para fazer face   devolu o aos clientes de comissões cobradas pelo reembolso antecipado de opera es de crédito ao consumo, na sequência de uma decisão tomada pelo Tribunal de Justiça da União Europeia. Adicionalmente, e embora com impacto mais reduzido, a evolu o das outras imparidades e provisões na atividade internacional reflete o menor nível de imparidades constituídas para fazer face ao investimento na participa o no Banco Millennium Atlântico (incluindo o *goodwill*).

Os **impostos (correntes e diferidos)** sobre lucros ascenderam a 143,1 milhões de euros nos nove primeiros meses de 2021, montante que compara com 121,6 milhões de euros apurados no período homólogo do ano anterior.

Os impostos reconhecidos incluem, nos primeiros nove meses do ano, impostos correntes de 68,7 milhões de euros (86,2 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2020) e impostos diferidos no montante de 74,4 milhões de euros (35,5 milhões de euros no mesmo período de 2020).

Os gastos por impostos correntes nos nove primeiros meses de 2021 foram fortemente condicionados pela constitui o de provisões relacionadas com riscos legais associados   carteira de créditos hipotecários concedidos

em moeda estrangeira e pelos tributos sobre o setor bancário, ambos na subsidiária polaca, não dedutíveis para efeitos fiscais.

Os gastos por impostos diferidos nos nove primeiros meses de 2021 decorrem essencialmente da constituição de provisões e dos tributos sobre o setor bancário em Portugal, não dedutíveis para efeitos fiscais.

BALANÇO

O **ativo total** do balanço consolidado do Millennium bcp ascendeu a 91.463 milhões de euros em 30 de setembro de 2021, situando-se 6,4% acima dos 85.980 milhões de euros apurados na mesma data do ano anterior, refletindo sobretudo o desempenho da atividade em Portugal.

O ativo total na atividade em Portugal evidenciou um aumento de 4.864 milhões de euros face aos 60.257 milhões de euros registados no final de setembro de 2020, alcançando 65.121 milhões de euros em 30 de setembro de 2021. Esta evolução ficou a dever-se sobretudo ao aumento da carteira de títulos, nomeadamente da carteira de dívida pública estrangeira, decorrente da aplicação do excedente de liquidez existente, que permitiu simultaneamente um reforço dos ativos elegíveis. Paralelamente, a carteira de crédito a clientes (líquida de imparidade) e as disponibilidades em Bancos Centrais também se situaram num patamar superior ao verificado no ano anterior, contribuindo de forma significativa para o aumento registado no ativo total. As reduções mais relevantes, embora numa escala menor, verificaram-se nos ativos não correntes detidos para venda, nomeadamente na carteira de imóveis recebidos em dação e nos outros ativos.

Na atividade internacional, o ativo total cifrou-se em 26.342 milhões de euros em 30 de setembro de 2021, situando-se 2,4% acima dos 25.723 milhões de euros registados em igual data do ano anterior.

A **carteira de crédito (bruto)** consolidada do Millennium bcp, tal como definida no glossário, ascendeu a 58.336 milhões de euros em 30 de setembro de 2021, situando-se 4,0% acima dos 56.110 milhões de euros obtidos na mesma data de 2020, devido aos desempenhos favoráveis quer da atividade em Portugal, quer da atividade internacional.

O bom desempenho da carteira de crédito bruto na atividade em Portugal traduziu-se num aumento de 3,7% face aos 38.558 milhões de euros apurados em 30 de setembro de 2020, tendo alcançado 39.998 milhões de euros no final de setembro de 2021. Importa salientar que este crescimento foi possível apesar da redução de 771 milhões de euros de NPE, obtida na sequência da bem sucedida estratégia de desinvestimento neste tipo de ativos, levada a cabo pelo Banco nos últimos anos. Nesse sentido, o crescimento de 2.211 milhões de euros registado no crédito *performing*, mais do que compensou a redução referida, em grande parte devido ao crédito concedido ao abrigo das linhas de crédito lançadas pelo Governo para fazer face aos impactos provocados pela pandemia associada à COVID-19 e ao abrigo das linhas abrangidas pelas garantias do Fundo Europeu de Investimento, que permitiu simultaneamente o reforço contínuo da presença do Banco junto das empresas portuguesas.

Em 30 de setembro de 2021, o montante total de crédito concedido pelo Banco ao abrigo das linhas COVID-19 garantidas pelo Estado Português ascendia a 2.632 milhões de euros, o que representa um crescimento de 16,4% face ao montante de 2.262 milhões de euros que, no final do ano de 2020, o Banco havia desembolsado ao abrigo destas linhas. De salientar que as linhas de crédito foram disponibilizadas principalmente a pequenas e médias empresas portuguesas, tendo permitido apoiar mais de 18 mil clientes. No final do terceiro trimestre de 2021 estas exposições representavam cerca de 7% da carteira de crédito total referente à atividade em Portugal.

Tendo terminado no final do primeiro trimestre o prazo para adesões às moratórias na sequência da reativação promovida pela Autoridade Bancária Europeia em 2 de dezembro de 2020 e da publicação do Decreto-Lei n.º 107/2020, de 31 de dezembro de 2020, e após o impacto da diminuição do valor das exposições sujeitas a moratória no segmento de particulares no âmbito da moratória privada, registou-se a redução de maior magnitude com o término no final de setembro da moratória estatal (Decreto Lei 10-J/2020 de 26 de março e posteriores alterações).

MORATÓRIAS*

	Milhões de euros			
	30 set. 21		30 jun. 21	
	Ativas	Expiradas	Ativas	Expiradas
Famílias	106	3.995	3.269	934
Empresas	624	4.026	4.066	711
Total	730	8.022	7.336	1.645

* Exclui as prorrogações dos períodos de carência de capital e extensão de maturidade em operações de crédito que tenham beneficiado de garantias prestadas pelas Sociedades de Garantia Mútua ou pelo Fundo de Contragarantia Mútua, no âmbito do Decreto-Lei 22C/2021 de 22 de março.

O valor total da carteira objeto de moratória que transita para o período posterior ao final de setembro de 2021 ascendia a 730 milhões de euros, evidenciando uma redução 90% e 91,6%, respetivamente, face aos 7.336 milhões de euros existentes no final de junho de 2021 e 8.679 milhões de euros registados no final do ano de 2020.

A referida diminuição significativa registou-se quer no segmento de famílias, quer de empresas, verificando-se que do montante total de moratórias que continuam ativas para o mês de outubro, 85% diz respeito a operações de crédito contratadas por empresas e 15% por famílias.

Na atividade internacional, o crédito a clientes (bruto) ascendeu a 18.339 milhões de euros em 30 de setembro de 2021, evidenciando um crescimento de 4,5% face aos 17.552 milhões de euros apurados na mesma data do ano anterior, refletindo sobretudo o crescimento registado na subsidiária polaca.

CRÉDITO A CLIENTES (BRUTO)

Milhões de euros

	30 set. 21	30 set. 20	Var. 21/20
PARTICULARES	33.474	31.911	4,9%
Hipotecário	27.498	26.099	5,4%
Pessoal	5.976	5.812	2,8%
EMPRESAS	24.863	24.198	2,7%
Serviços	8.724	8.570	1,8%
Comércio	4.261	4.037	5,6%
Construção	1.516	1.733	-12,5%
Outros	10.362	9.859	5,1%
TOTAL	58.336	56.110	4,0%
do qual:			
Atividade em Portugal	39.998	38.558	3,7%
Atividade internacional	18.339	17.552	4,5%
Crédito a particulares/Crédito total	57,4%	56,9%	
Crédito a empresas/Crédito total	42,6%	43,1%	

A **qualidade da carteira de crédito** continua a ser uma das prioridades do Grupo, que mantém o enfoque no aperfeiçoamento contínuo do ambiente de controlo de riscos e na monitorização permanente dos níveis de risco incorridos, assegurando simultaneamente a total conformidade com os requisitos regulamentares e de supervisão e mantendo atualizada a estrutura de regulamentação interna adequada ao controlo e gestão de riscos.

Com o surgimento da pandemia associada à COVID-19, o Banco implementou um plano de contingência, para identificação e medição do risco de crédito inerente, adotando medidas operacionais para responder adequadamente aos impactos decorrentes do surto pandémico. Nesse sentido, salienta-se o desenvolvimento e aprofundamento do modelo de acompanhamento de Clientes com o objetivo de responder adequadamente a esses impactos, designadamente ao fim das medidas de apoio a empresas e particulares promovidas pelo Estado. A abordagem definida pelo Banco neste contexto envolveu a constituição de novas áreas/ *Task Forces* para avaliação e acompanhamento das exposições de crédito dos Clientes e definição e implementação de estratégias adequadas a cada situação concreta. O plano de acompanhamento tem subjacente uma segmentação de toda a carteira de crédito do Banco, com alocação dos Clientes selecionados para acompanhamento às diferentes áreas criadas de acordo com critérios aprovados pela Comissão Executiva, assegurando reportes específicos, incluindo os reportes às Entidades de Supervisão e aos órgãos de gestão. Paralelamente, procedeu-se ao alargamento do âmbito do Comité de Acompanhamento de Crédito e Ativos Não Produtivos para um acompanhamento da carteira de crédito, com especial enfoque nos impactos decorrentes da pandemia.

Apesar do contexto mais desfavorável decorrente da pandemia, continua a observar-se uma melhoria generalizada dos vários indicadores de qualidade de crédito, entre os quais se destaca a redução líquida do montante da carteira de NPE, de 3.663 milhões de euros em 30 de setembro de 2020, para 2.832 milhões de euros no final de setembro de 2021 (-831 milhões de euros, dos quais -771 milhões de euros em Portugal).

O rácio de NPE em percentagem da carteira de crédito total também evoluiu favoravelmente, de 6,5% em 30 de setembro de 2020, para 4,9% na mesma data de 2021, destacando-se o desempenho da carteira de crédito doméstica, cujo rácio de NPE diminuiu de 7,0% para 4,8% no mesmo período.

Os indicadores de cobertura, por sua vez, também melhoraram de uma forma geral neste último ano, sendo de destacar o desempenho da atividade em Portugal, cujo grau de cobertura de NPE por imparidades, aumentou de 60,9% no final de setembro de 2020, para 68,6% na mesma data de 2021, tendo a cobertura de NPL há mais de 90 dias evoluído de 122,1%, para 149,9% no mesmo período.

INDICADORES DE QUALIDADE DO CRÉDITO

	Grupo			Atividade em Portugal		
	30 set. 21	30 set. 20	Var. 21/20	30 set. 21	30 set. 20	Var. 21/20
STOCK(M€)						
Crédito a clientes (bruto)	58.336	56.110	4,0%	39.998	38.558	3,7%
Crédito vencido > 90 dias	1.008	1.376	-26,7%	636	939	-32,3%
Crédito vencido	1.129	1.497	-24,6%	650	957	-32,1%
Crédito reestruturado	2.539	2.913	-12,8%	1.996	2.408	-17,1%
NPL > 90 dias	1.380	1.939	-28,8%	884	1.348	-34,4%
NPE	2.832	3.663	-22,7%	1.931	2.701	-28,5%
Imparidade do crédito (balanço)	1.923	2.277	-15,6%	1.324	1.646	-19,5%
RÁCIOS EM PERCENTAGEM DO CRÉDITO A CLIENTES						
Crédito vencido > 90 dias / Crédito a clientes (bruto)	1,7%	2,5%		1,6%	2,4%	
Crédito vencido / Crédito a clientes (bruto)	1,9%	2,7%		1,6%	2,5%	
Crédito reestruturado / Crédito a clientes (bruto)	4,4%	5,2%		5,0%	6,2%	
NPL > 90 dias / Crédito a clientes (bruto)	2,4%	3,5%		2,2%	3,5%	
NPE / Crédito a clientes (bruto)	4,9%	6,5%		4,8%	7,0%	
GRAU DE COBERTURA POR IMPARIDADES						
Cobertura do Crédito vencido > 90 dias	190,7%	165,5%		208,2%	175,3%	
Cobertura do Crédito vencido	170,3%	152,1%		203,8%	171,9%	
Cobertura de NPL > 90 dias	139,3%	117,4%		149,9%	122,1%	
Cobertura de NPE	67,9%	62,2%		68,6%	60,9%	
EBA						
Rácio NPE (inclui títulos e extra-patrimoniais)	3,3%	4,5%		3,3%	4,9%	

Nota: Os NPE incluem apenas o crédito a clientes, tal como definido no glossário.

Os **recursos totais de clientes** ascenderam a 90.556 milhões de euros em 30 de setembro de 2021, situando-se 8,7% acima dos 83.284 milhões de euros apurados na mesma data do ano anterior, impulsionados pelo desempenho quer da atividade internacional, quer principalmente da atividade em Portugal, em ambos os casos tanto no que respeita aos recursos de balanço, como aos recursos fora de balanço.

Em termos consolidados, o crescimento dos recursos totais de clientes, reflete maioritariamente o comportamento dos depósitos e outros recursos de clientes que evoluíram de 62.997 milhões de euros em 30 de setembro de 2020,

para 68.321 milhões de euros no final de setembro de 2021. Paralelamente, os recursos de clientes fora de balanço também contribuíram para o bom desempenho dos recursos totais de clientes ao evoluir de 18.790 milhões de euros, para 20.693 milhões de euros, no mesmo período. A evolução dos recursos de clientes fora de balanço reflete o crescimento quer dos ativos distribuídos, quer dos ativos sob gestão, parcialmente atenuado pela redução registada nos seguros de poupança e investimento.

Na atividade em Portugal, os recursos totais aumentaram 5.638 milhões de euros face aos 58.842 milhões de euros apurados em 30 de setembro de 2020, ascendendo a 64.480 milhões de euros na mesma data do ano corrente. Esta evolução ficou a dever-se, em larga medida, ao crescimento de 4.286 milhões de euros registado nos depósitos e outros recursos de clientes, que alcançaram 46.120 milhões de euros no final do terceiro trimestre de 2021, reafirmando o seu peso na estrutura de financiamento do ativo. O aumento dos depósitos de clientes traduz uma maior propensão à poupança por parte das famílias portuguesas, em parte devido ao sentimento de insegurança desencadeado pela crise pandémica, que paralelamente levou também ao adiamento de algumas decisões de consumo de bens duradouros. Os recursos de clientes fora de balanço, por sua vez, também evoluíram favoravelmente face aos 15.600 milhões de euros registados em 30 de setembro de 2020, fixando-se em 16.827 milhões de euros na mesma data de 2021, refletindo o crescimento dos ativos distribuídos e dos ativos sob gestão, pese embora o mesmo tenha sido parcialmente absorvido pela redução verificado nos seguros de poupança e investimento.

Na atividade internacional, os recursos totais ascenderam a 26.076 milhões de euros em 30 de setembro de 2021, situando-se 1.633 milhões de euros acima dos 24.442 milhões de euros apurados na mesma data do ano anterior, refletindo o contributo das sucursais polaca, suíça e moçambicana. O desempenho dos recursos totais na atividade internacional foi impulsionado maioritariamente pelo crescimento dos depósitos de clientes, transversal às três geografias, e pelo aumento dos ativos sob gestão, neste caso apenas no que respeita às subsidiárias polaca e suíça.

O rácio de transformação, no âmbito da definição estabelecida pela instrução do Banco de Portugal nº 16/2004, situou-se em 82,6% em 30 de setembro de 2021, que compara com 85,5% no final de setembro do ano anterior. O mesmo indicador, considerando os recursos de clientes de balanço, evoluiu de 83,5% em 30 de setembro de 2020 para 80,7% na mesma data de 2021.

RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES

Milhões de euros

	30 set. 21	30 set. 20	Var. 21/20
RECURSOS DE CLIENTES DE BALANÇO	69.863	64.494	8,3%
Depósitos e outros recursos de clientes	68.321	62.997	8,5%
Débitos para com clientes titulados	1.542	1.498	2,9%
RECURSOS DE CLIENTES FORA DE BALANÇO	20.693	18.790	10,1%
Ativos sob gestão	7.297	5.733	27,3%
Ativos distribuídos	6.333	4.738	33,7%
Seguros de poupança e de investimento	7.063	8.319	-15,1%
TOTAL	90.556	83.284	8,7%
do qual:			
Atividade em Portugal	64.480	58.842	9,6%
Atividade internacional	26.076	24.442	6,7%
Recursos de clientes de balanço/Recursos totais de clientes	77,1%	77,4%	
Depósitos e outros recursos de clientes/Recursos totais de clientes	75,4%	75,6%	

A **carteira de títulos** do Grupo, tal como definida no glossário, cifrou-se em 21.614 milhões de euros em 30 de setembro de 2021, apresentando um crescimento de 9,4% face aos 19.759 milhões de euros registados na mesma data do ano anterior, com o seu peso a representar 23,6% do ativo total (23,0% em 30 de setembro de 2020).

O desempenho da carteira de títulos do Grupo ficou a dever-se maioritariamente ao aumento registado na atividade em Portugal, cujo saldo evoluiu de 13.473 milhões de euros no final de setembro de 2020, para 15.868 milhões de euros em 30 de setembro de 2021, refletindo sobretudo o reforço da carteira de dívida soberana estrangeira (francesa, belga e irlandesa), decorrente da aplicação do excedente de liquidez existente.

Por outro lado, a carteira de títulos afeta à atividade internacional evidenciou uma redução face aos 6.286 milhões de euros apurados em 30 de setembro de 2020, fixando-se em 5.746 milhões de euros na mesma data de 2021. Esta evolução ficou a dever-se maioritariamente ao desinvestimento em dívida soberana polaca registado na subsidiária na Polónia, pese embora esse impacto tenha sido parcialmente atenuado pelo aumento registado na carteira de títulos afeta à subsidiária em Moçambique no mesmo período.

GESTÃO DE LIQUIDEZ

O rácio regulamentar de cobertura de liquidez (LCR: *Liquidity Coverage Ratio*), em base consolidada, situou-se em 264% no final de setembro de 2021, mantendo-se confortavelmente acima do requisito mínimo de 100%, suportado em carteiras de ativos altamente líquidos de valor compatível com uma gestão prudente da liquidez de curto prazo por parte do Grupo. O rácio de cobertura de liquidez aumentou significativamente face ao rácio apurado na mesma data do ano anterior (243%), que já refletia um elevado nível de cobertura.

Em harmonização com a norma de financiamento estável do CBSB, em junho de 2021, entrou em vigor o requisito mínimo regulamentar de 100% para o NSFR (Artigo 428 do Regulamento (EU) 2019/876). O Grupo reforçou a disposição da base de financiamento estável, caracterizada pelo elevado peso dos depósitos de clientes na estrutura de *funding*, por financiamento colateralizado e por instrumentos de médio e longo prazo, que permitiu que o rácio de financiamento estável (NSFR: *Net Stable Funding Ratio*) apurado em 30 de setembro de 2021 se fixasse em 147% (140% em 30 de setembro de 2020).

O período compreendido entre 30 de setembro de 2020 e 30 de setembro de 2021 evidenciou um significativo crescimento da base de depósitos das três principais operações do Grupo, suportado sobretudo pela evolução verificada no segmento de retalho, prolongando assim a tendência iniciada logo após a eclosão da crise associada à COVID-19, em março do ano transato.

Com impacto no reforço da componente de financiamento de médio-longo prazo, e após decisão do BCE de alargar o recurso à Operação de refinanciamento de prazo alargado direcionada III (ORPA III, "T LTRO III" na abreviatura inglesa) a 55% dos empréstimos elegíveis, o BCP tomou no primeiro trimestre de 2021 uma tranche adicional de 600 milhões de euros, a juntar aos 7,55 mil milhões de euros tomados em junho de 2020, elevando assim para 8,15 mil milhões de euros o montante bruto total tomado neste instrumento.

Ainda no mesmo âmbito, o BCP beneficiou das condições de mercado favoráveis prevalecentes durante o primeiro trimestre de 2021 para antecipar a execução de uma emissão *senior preferred*, no montante de 500 milhões de euros, prevista no Plano de Liquidez apenas para o terceiro trimestre de 2021, para cumprimento dos requisitos designados por "MREL".

No final do terceiro trimestre, mas apenas com encaixe em outubro de 2021, o BCP colocou ao abrigo do seu Euro Note Programme a primeira emissão realizada por um emitente português de títulos representativos de dívida social *senior preferred*, no montante de 500 milhões de euros. É também a primeira emissão realizada pelo Banco no segmento ESG (Environmental, Social and Governance), tendo como enfoque a componente social. Assim, o produto líquido da emissão será aplicado prioritariamente no financiamento e/ou refinanciamento dos empréstimos concedidos pelo Banco ao abrigo das linhas COVID-19, nos termos do seu Green, Social and Sustainability Bond Framework, constituindo uma clara demonstração do compromisso assumido pelo Millennium bcp no apoio à economia, em especial no financiamento às micro e pequenas e médias empresas mais afetadas pelo recente contexto pandémico. A emissão terá um prazo de 6,5 anos, com opção de reembolso antecipado pelo Banco no final de 5,5 anos. A emissão insere-se no plano de financiamento definido pelo Banco no âmbito do seu Plano Estratégico 2021-24, visando designadamente o cumprimento dos requisitos do MREL (Minimum Requirements for Own Funds and Eligible Liabilities) e da estratégia de reforço da sua presença nos mercados de capitais e de alargamento da sua base de investidores, que neste caso envolveu um conjunto diversificado de investidores institucionais europeus, muitos dos quais comprometidos com investimentos ESG.

A liquidez gerada pelas operações acima descritas, acrescida da que resultou da sustentada redução do *gap* comercial em Portugal, por crescimento dos depósitos de clientes, continuou a ser aplicada no apoio à economia real e ainda, dada a sua materialidade, no reforço em 2,4 mil milhões de euros da carteira de títulos em Portugal e no aumento de 1,6 mil milhões de euros (para 4,4 mil milhões de euros) das reservas depositadas no Banco de Portugal.

Concentradas sobretudo nas carteiras de dívida soberana, as aplicações em títulos contribuíram para o aumento de 2,7 mil milhões de euros do saldo de ativos elegíveis disponíveis para desconto no BCE, para 25,2 mil milhões de euros. Tendo em conta que o financiamento líquido junto do BCE, no mesmo período, desceu 1,1 mil milhões de euros, para 3,8 mil milhões de euros, o *buffer* de liquidez descontável junto do BCE aumentou 3,8 mil milhões de euros, para 21,4 mil milhões de euros.

A resposta do BCE à crise associada à COVID-19 envolveu, para além da provisão de liquidez adicional ao sistema bancário através da criação da referida ORPA III, uma redução transversal dos *haircuts* aplicáveis a todos os tipos de ativos elegíveis para desconto, no caso dos *portfolios* de direitos de crédito com caráter permanente. Salvo decisão em contrário por parte daquela entidade, as medidas de caráter temporário deverão vigorar até 30 de junho de 2022, não se prevendo que a sua reversão tenha consequências materiais na dimensão do *buffer* detido pelo BCP junto do BCE, dada a sua magnitude atual.

Entre 30 de setembro de 2020 e 30 de setembro de 2021, as posições de liquidez do Bank Millennium (Polónia) e do Millennium bim (Moçambique), as duas principais subsidiárias do BCP, evidenciaram uma evolução muito favorável, com o reforço das respetivas bases de depósito a refletir-se no aumento dos *buffers* de liquidez descontáveis nos respetivos bancos centrais. Em consequência, posicionaram-se ambas na zona de conforto dos indicadores de risco de liquidez adotados transversalmente pelo Grupo, bem como em todos os indicadores regulatórios.

Em termos consolidados, o risco de refinanciamento de instrumentos de médio longo prazo manter-se-á em níveis muito reduzidos nos próximos anos, dado que apenas em 2022 atingirá 1,0 mil milhões de euros. Mesmo neste caso, envolverá o pagamento de uma emissão de obrigações hipotecárias nesse exato valor, cujo colateral será integrado no *buffer* de liquidez descontável no BCE após o reembolso, significando por isso uma perda pouco significativa de liquidez.

CAPITAL

O rácio CET1 estimado em 30 de setembro de 2021 fixou-se em 11,9% em *phased-in* e em 11,8% em *fully implemented*, refletindo uma variação de -49 e de -54 pontos base, respetivamente, face aos rácios de 12,4% reportados em termos *phased-in* e *fully implemented* no mesmo período de 2020 e acima dos rácios mínimos regulamentares definidos no âmbito do SREP (*Supervisory Review and Evaluation Process*) para o ano de 2021 (CET1 8,828%, T1 10,750% e Total 13,313%).

A evolução dos rácios de capital no período foi impactada significativamente pelo aumento de provisionamento para riscos legais associados a créditos em moeda estrangeira no Bank Millennium na Polónia, bem como pelos custos de ajustamento do quadro de pessoal em Portugal. Apesar destes impactos negativos, os rácios teriam mantido níveis semelhantes aos valores registados em igual período do ano anterior, não fora o tratamento assimétrico em termos de capital regulamentar de desvios decorrentes da alteração da taxa de desconto das responsabilidades do Fundo de Pensões. Assim, o rácio CET1 recuou face ao valor apresentado no mesmo período de 2020, situando-se abaixo dos objetivos de médio prazo do Banco, sem que isso ponha em causa a perspetiva de convergência para tais objetivos.

RÁCIOS DE SOLVABILIDADE

Milhões de euros

	30 set. 21	30 set. 20
FULLY IMPLEMENTED		
Fundos Próprios		
<i>Common Equity Tier1 (CET1)</i>	5.514	5.703
<i>Tier1 (T1)</i>	6.047	6.234
Fundos próprios totais	7.080	7.260
Riscos ponderados	46.649	46.138
Rácios de solvabilidade		
<i>CET1</i>	11,8%	12,4%
<i>Tier1</i>	13,0%	13,5%
Total	15,2%	15,7%
PHASED-IN		
<i>CET1</i>	11,9%	12,4%

Nota: Os rácios de setembro de 2021 e de setembro de 2020 incluem os resultados líquidos positivos acumulados dos respetivos períodos.

Os rácios de setembro de 2021 correspondem a valores estimados, não auditados.

ACONTECIMENTOS SIGNIFICATIVOS NOS PRIMEIROS NOVE MESES DE 2021

Nos primeiros nove meses de 2021, o Banco manteve o foco no apoio às famílias e às empresas, em particular junto dos agentes mais afetados pelos efeitos da pandemia COVID-19.

Em **5 de fevereiro de 2021**, o Banco Comercial Português, S.A. (Banco) fixou as condições de uma emissão de títulos representativos de dívida sénior preferencial ao abrigo do seu Euro Note Programme. A emissão, no montante de 500 milhões de euros, tem um prazo de 6 anos, com opção de reembolso antecipado pelo Banco no final de 5 anos, um preço de emissão de 99,879% e uma taxa de juro de 1,125%, ao ano, durante os primeiros 5 anos (correspondente a um *spread* de 1,55% sobre a taxa *mid-swaps* de 5 anos). No 6º ano, a taxa de juro resultará da soma da Euribor a 3 meses com um *spread* de 1,55%.

Em **20 de maio de 2021**, o Banco Comercial Português, S.A. informou sobre as principais deliberações da Assembleia Geral, sendo de destacar:

- Aprovação do relatório de gestão, do balanço e das contas individuais e consolidadas, relativos ao exercício de 2020, incluindo o Relatório do Governo Societário, bem como da proposta de aplicação de resultados do exercício de 2020;
- Aprovação da política de dividendos;
- Aprovação da política de remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização;
- Aprovação da política de seleção e designação do revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas, bem como de contratação de serviços distintos de auditoria não proibidos nos termos da legislação em vigor;
- Recondução da Deloitte & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., como Revisor Oficial de Contas, que indicou para a representar o sócio Paulo Alexandre de Sá Fernandes, ROC n.º 1456, e Jorge Carlos Batalha Duarte Catulo, ROC n.º 992, como seu suplente, no triénio 2021/2023;
- Recondução da Deloitte & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., para exercer funções de Auditor Externo no triénio 2021/2023;
- Aprovação da manutenção das limitações à contagem de votos previstas nos artigos 25.º e 26.º dos Estatutos do Banco.

Em **29 de junho de 2021**, o Banco Comercial Português, S.A. (BCP) celebrou um acordo com o Union Bancaire Privée, UBP SA respeitante à venda da totalidade do capital social do Banque Privée BCP (Suisse) SA. O BCP estima que o preço de venda e o impacto (positivo) nos resultados consolidados do exercício em curso, em base proforma a 31 de março de 2021, se situem, respetivamente, entre 119 e 128 milhões de euros e 41 e 50 milhões de euros. Estes valores estão sujeitos a ajustamentos decorrentes da evolução dos ativos sob gestão e da atividade do Banque Privée BCP SA, apenas ficando definitivamente fixados após a data de concretização da operação. A venda do Banque Privée BCP permitirá ao Grupo BCP prosseguir a estratégia de enfoque de recursos e da gestão nas geografias *core*, potenciando o desenvolvimento destas e dessa forma a criação de valor para os *stakeholders*.

Em **1 de agosto de 2021**, o Banco Comercial Português, S.A. (BCP) informou sobre resultados do teste de *stress* de 2021 ao nível da União Europeia. Considerando os resultados do BCP destacam-se os seguintes aspetos:

- da aplicação do cenário adverso resultou uma redução de 406 p.b. no rácio de capital CET1 *fully loaded* no final de 2023 face a dezembro de 2020 (o que compara com uma redução média de 485 p.b. no universo dos 50 bancos submetidos a este exercício);

- da aplicação do cenário base resultou um aumento de 163 p.b. no rácio de capital CET1 *fully loaded* no final de 2023 face a dezembro de 2020 (o que compara com um aumento médio de 78 p.b. no universo dos 50 bancos submetidos a este exercício).

Em **21 de setembro de 2021**, o Banco Comercial Português, S.A. informou que a agência de rating Moody's subiu em um nível a notação de *rating* dos depósitos do BCP, de Baa3/Prime-3 para Baa2/Prime-2, na sequência do *upgrade* da notação do *rating* soberano de Portugal. Este *upgrade* e o facto de a notação de *rating* de dívida sénior ter sido afirmada em Ba1 refletem a reafirmação da notação de *rating* BCA (*Baseline Credit Assessment*) e BCA Ajustada, a análise de LGF (*Loss Given Failure*) e o moderado suporte governamental, que se manteve inalterado. O *outlook* das notações de *rating* da dívida sénior e dos depósitos mantém-se estável, refletindo a perspetiva da Moody's de que a qualidade creditícia do Banco se manterá estável ao longo do período de análise.

Em **29 de setembro de 2021**, o Banco Comercial Português, S.A. ("Millennium bcp" ou "Banco") informou que fixou as condições de uma emissão de títulos representativos de dívida social sénior preferencial ao abrigo do seu Euro Note Programme, a primeira deste tipo a realizar por um emitente português. A emissão, no montante de 500 milhões de euros, tem um prazo de 6,5 anos, com opção de reembolso antecipado pelo Banco no final de 5,5 anos, um preço de emissão de 99,527% e uma taxa de cupão de 1,75% ao ano, durante os primeiros 5,5 anos. A partir do 5º ano e meio, a taxa de juro resultará da soma da Euribor a 3 meses com um *spread* de 2,00%. Esta é a primeira emissão realizada pelo Banco no segmento ESG (*Environmental, Social e Governance*), tendo como enfoque a componente social. Assim, um montante equivalente ao produto líquido da Emissão será aplicado prioritariamente no financiamento e/ou refinanciamento dos empréstimos concedidos pelo Banco ao abrigo das linhas COVID-19, nos termos do *Green, Social and Sustainability Bond Framework* do Banco, constituindo uma clara demonstração do compromisso assumido pelo Millennium bcp no apoio à economia, em especial no financiamento às micro e pequenas e médias empresas mais afetadas pelo recente contexto pandémico. A Emissão insere-se no plano de financiamento definido pelo Banco no âmbito do seu Plano Estratégico 2021-2024, visando designadamente o cumprimento dos requisitos MREL (*Minimum Requirements for Own Funds and Eligible Liabilities*) e da estratégia de reforço da sua presença nos mercados de capitais e de alargamento da sua base de investidores. A operação, que se seguiu a um bem sucedido *roadshow*, foi colocada num conjunto muito diversificado de investidores institucionais europeus, muitos dos quais dedicados a investimentos ESG, o que sinaliza, por um lado, a confiança do mercado no Banco e, por outro, um reconhecimento dos compromissos do Millennium bcp em matéria de financiamento sustentável.

O Millennium bcp e o Fundo Europeu de Investimento assinaram dois contratos ao abrigo do Fundo de Garantia Pan-Europeu no montante de cerca de 1.200 milhões de euros, tendo como objetivo apoiar a recuperação das PME portuguesas afetadas pela crise económica causada pela pandemia COVID-19.

O Millennium bcp assinou dois protocolos, um com a Associação Industrial Portuguesa e o outro com a Confederação dos Agricultores de Portugal, nos quais reforça o seu compromisso de apoio ao tecido empresarial português, com apoios de 120 e 100 milhões de euros, respetivamente.

O Millennium bcp assinou um acordo com a Confederação Empresarial de Portugal (CIP), no qual reforça o seu compromisso de apoio ao tecido empresarial português, com um apoio de 300 milhões de euros.

O Millennium bcp é o banco com a marca mais valiosa, segundo o estudo "Marcas Portuguesas mais Valiosas 2021" da Consultora OnStrategy.

O Millennium bcp assumiu que utilizará apenas eletricidade 100% verde nas suas instalações em Portugal, num *mix* de energia produzida pela central fotovoltaica do Banco e de energia adquirida com certificado de origem renovável.

O Millennium bcp integra o *ranking* dos "Líderes Climáticos da Europa em 2021" elaborado pelo Financial Times em parceria com a empresa alemã de estudos de mercado e consumidores – Statista. Este índice destaca as empresas europeias que mais progressos fizeram na redução de emissões de gases com efeito de estufa.

O Millennium bcp e outros bancos do sistema financeiro português juntaram-se numa iniciativa de solidariedade centrada no apoio alimentar e essencial às famílias mais desprotegidas, no contexto da presente crise.

O Millennium bcp apoia a reabilitação do Palácio Nacional da Ajuda, que é um dos apoios da Fundação Millennium bcp no âmbito da recuperação de património cultural em Portugal.

A Galeria Millennium abre portas, aos artistas e público, num novo espaço localizado em Lisboa no Museu Nacional de Arte Contemporânea.

RECONHECIMENTO EXTERNO

O Millennium bcp foi distinguido com a "Escolha do Consumidor 2021", destacando-se nos atributos: "Canais Digitais", "Segurança", "Informações Claras", "Credibilidade da Marca", "Capacidade de Resposta", "Taxas Cobradas", "Comunicação Simples e de Fácil Compreensão dos Produtos", "Rapidez na Resposta" e "Bom Serviço Online".

O Millennium bcp foi, pelo 3º ano consecutivo, o Banco com maior número de estatutos PME Líder atribuídos às PME.

O Millennium bcp foi nomeado, pelo quarto ano consecutivo, como o "Banco Principal das Empresas" em Portugal, de acordo com o estudo BFIN 2021 realizado pela DATA E, onde lidera com uma quota de 19,6% nas várias dimensões de empresas (Microempresas, PME's e Grandes Empresas).

O BCP regressou em 2021 ao "The Sustainability Yearbook", publicação de referência na área da Sustentabilidade agora editada pelo analista S&P com base na informação recolhida nas respostas das empresas ao "Dow Jones Sustainability Indices".

O Millennium bcp integra, pelo 2º ano consecutivo, o Bloomberg Gender-Equality Index 2021, destacando-se na implementação de práticas e políticas de igualdade de género, diversidade e inclusão. Simultaneamente, o Banco aderiu também à Women's Empowerment Principles das Nações Unidas, uma plataforma internacional de promoção de igualdade de género.

O Millennium bcp foi distinguido pela revista Global Finance como "Best Investment Bank" em Portugal em 2021.

O Millennium bcp foi distinguido pela revista Global Finance como "Best Consumer Digital Bank" em Portugal em 2021.

O Millennium bcp foi distinguido nos Prémios de Comunicação Meios & Publicidade, tendo sido premiado com o filme “Vai Correr Bem”, nas categorias “Banca, Finança e Seguros” e “Comunicação Interna” e com o Millennium Festival ao Largo 2020, na categoria “Eventos”.

O Grupo BCP foi eleito “Best Foreign Exchange Provider” em Portugal, Moçambique e Polónia em 2021.

O Bank Millennium foi distinguido pela consultora Bain & Company como um dos dez bancos europeus digitalmente mais avançados.

O Bank Millennium foi distinguido na categoria de “Melhor Performance” na Polónia, na edição de 2021 dos Prémios SRP European, a mais prestigiada competição no setor de produtos estruturados, organizada pela SRP Structured Retail Products.

O Bank Millennium foi o banco com melhor desempenho no *ranking* “Climate Leaders Poland 2021” (Líderes do Clima Polónia 2021) da revista Forbes, alcançando o segundo lugar entre as empresas polacas na lista relativa à redução de emissões de gases com efeito estufa.

O Bank Millennium foi distinguido como “Melhor Banco na Polónia” pela Global Finance.

O Bank Millennium foi distinguido pela revista Global Finance como “Best Consumer Digital Bank” na Polónia em 2021.

O Bank Millennium foi distinguido como o melhor crédito à habitação na Polónia no *ranking* do Golden Banker.

O Bank Millennium foi distinguido com o prémio CSR Golden Leaf, integrando um grupo restrito de instituições com pontuações máximas no que respeita a Responsabilidade Social Corporativa.

O Bank Millennium conquistou o segundo lugar no concurso “2021 Best Bank”, no grupo de pequenos e médios bancos comerciais, organizado pela “Gazeta Bankowa”.

O Millennium bim foi distinguido pela revista Global Finance como “Best Consumer Digital Bank” em Moçambique em 2021.

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

O Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê uma forte recuperação da economia mundial em 2021. Contudo, a retoma deverá prosseguir de forma heterogénea entre os principais blocos económicos, estando sujeita a um grau de incerteza significativo inerente à dinâmica da pandemia.

Nos EUA, o PIB recuperou no final do segundo trimestre para valores acima dos observados antes da eclosão da pandemia no início de 2020, impulsionado pela procura doméstica. Na área do euro, a recuperação da economia deverá acentuar-se no terceiro trimestre, após o crescimento homólogo de 14,3% registado no segundo trimestre, sendo expetável que até ao final do ano o PIB retome os níveis pré-pandemia. Em contraste, nos países em desenvolvimento, a recuperação da atividade tem prosseguido a um ritmo mais moderado, condicionada, por um lado, por fatores idiossincráticos e, por outro lado, por dificuldades no controlo da pandemia.

A celeridade da normalização da atividade económica nas principais economias mundiais determinou um ressurgimento das preocupações relacionadas com o aumento das pressões inflacionistas, num contexto de subidas expressivas dos preços das matérias-primas, em particular no que respeita ao segmento energético, de incrementos muito acentuados dos custos dos bens intermédios, decorrentes de constrangimentos nas cadeias de produção globais, e do aumento dos custos de transporte, designadamente por via marítima. Com efeito, as taxas de juro de longo prazo têm vindo a delinear uma trajetória ascendente, com destaque para o movimento observado nos títulos de dívida pública do tesouro norte-americano, refletindo as perspetivas de redução do grau de acomodação da política monetária, as quais contribuíram igualmente para a apreciação do dólar. Por sua vez, os índices acionistas registaram correções, ainda que moderadas, enquanto que as principais criptomoedas exibiram valorizações expressivas.

Em Portugal, o levantamento das medidas de contenção sanitária contribuiu para uma forte recuperação da atividade económica no terceiro trimestre, que se traduziu numa taxa de crescimento do PIB em cadeia de 4,5%. Nos próximos trimestres, a retoma da economia deverá prosseguir suportada pela expansão do consumo, que beneficia dos elevados níveis de poupança acumulada e da resiliência do mercado de trabalho. Adicionalmente, o investimento deverá continuar a apresentar-se dinâmico, impulsionado pela execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). No que se refere à atividade turística, os sinais de recuperação evidenciados nos últimos meses sugerem uma melhoria do desempenho das exportações de serviços nos próximos trimestres, o que constituirá um importante contributo para reforçar a tendência de recuperação da procura agregada. Neste contexto, o Banco de Portugal prevê que o PIB português no final do ano se situe em níveis próximos dos observados no final de 2019. A melhoria progressiva das condições económicas deverá contribuir para mitigar os riscos associados à remoção das medidas de apoio ao rendimento das famílias e das empresas.

Na Polónia, o nível da atividade económica retornou no segundo trimestre a valores pré-pandemia, impulsionado pelo dinamismo do consumo, num quadro de maior controlo da situação sanitária. A forte recuperação do PIB, a par com as pressões inflacionistas decorrentes da subida dos preços das matérias-primas nos mercados internacionais, tem vindo a refletir-se num aumento significativo da taxa de inflação, o que impeliu o banco central a subir a taxa de juro de referência de 0,10% para 0,50%. A redução dos níveis de acomodação da política monetária não foi, no entanto, suficiente para inverter a evolução errática que o zloti tem vindo a exibir em relação ao euro, penalizado pela incerteza nos mercados financeiros globais e pelas divergências institucionais entre a Polónia e a União Europeia.

Em Moçambique, o ritmo de crescimento do PIB acentuou-se no segundo trimestre (de 0,1% para 2,0%, em termos homólogos), impulsionado pela recuperação da generalidade dos setores de atividade, num quadro de aumento da procura global. As perspetivas de continuação da tendência de retoma da economia nos próximos trimestres, em conjunto com a atenuação da instabilidade militar na zona norte do país e a prossecução dos programas em curso de reformas estruturantes, têm favorecido a manutenção da estabilidade cambial. Em Angola, o PIB registou no segundo trimestre uma taxa de crescimento positiva pela primeira vez nos últimos dois anos, explicada pela expansão do setor não-petrolífero.

INDICADORES CONSOLIDADOS, ATIVIDADE EM PORTUGAL E ATIVIDADE INTERNACIONAL

Milhões de euros

	Consolidado			Atividade em Portugal			Atividade internacional		
	set. 21	set. 20	Var. 21/20	set. 21	set. 20	Var. 21/20	set. 21	set. 20	Var. 21/20
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS									
Margem financeira	1.168,6	1.153,7	1,3%	619,5	591,2	4,8%	549,1	562,5	-2,4%
Rendimentos de instrumentos de capital	0,9	4,8	-81,7%	0,1	4,0	-97,1%	0,8	0,8	-5,4%
Resultado de serviços e comissões	534,2	498,2	7,2%	376,6	352,5	6,8%	157,6	145,7	8,2%
Resultados em operações financeiras	71,0	95,2	-25,4%	64,1	46,8	37,1%	6,9	48,4	-85,8%
Outros proveitos de exploração líquidos	(110,4)	(143,3)	22,9%	(68,6)	(72,2)	5,1%	(41,9)	(71,0)	41,1%
Resultados por equivalência patrimonial	42,1	54,2	-22,3%	43,8	44,5	-1,6%	(1,7)	9,7	-117,5%
Produto bancário	1.706,4	1.662,7	2,6%	1.035,6	966,7	7,1%	670,8	696,0	-3,6%
Custos com o pessoal	518,3	469,9	10,3%	352,6	289,7	21,7%	165,8	180,2	-8,0%
Outros gastos administrativos	230,6	240,6	-4,1%	128,4	128,8	-0,3%	102,2	111,8	-8,5%
Amortizações do exercício	102,8	102,2	0,5%	60,2	57,0	5,5%	42,6	45,2	-5,7%
Custos operacionais	851,7	812,7	4,8%	541,1	475,5	13,8%	310,6	337,2	-7,9%
Custos operacionais excluindo itens específicos	764,1	785,2	-2,7%	453,5	459,7	-1,4%	310,6	325,4	-4,5%
Resultados antes de imparidades e provisões	854,7	850,0	0,6%	494,5	491,2	0,7%	360,2	358,8	0,4%
Imparidade do crédito (líquida de recuperações)	264,0	374,2	-29,4%	203,7	260,4	-21,8%	60,3	113,8	-47,0%
Outras imparidades e provisões	462,0	176,4	161,9%	103,3	72,3	42,8%	358,7	104,1	>200%
Resultado antes de impostos	128,6	299,4	-57,0%	187,5	158,4	18,4%	(58,9)	140,9	-141,8%
Impostos	143,1	121,6	17,7%	72,0	66,4	8,4%	71,1	55,2	28,8%
Correntes	68,7	86,2	-20,2%	8,3	10,4	-20,4%	60,5	75,8	-20,2%
Diferidos	74,4	35,5	109,8%	63,7	56,0	13,8%	10,7	(20,6)	151,8%
Resultado após impostos de operações em continuação	(14,5)	177,7	-108,2%	115,5	92,0	25,5%	(130,1)	85,7	<-200%
Resultados de operações descontinuadas ou em descontinuação	4,7	4,5	5,8%	-	-	-	4,7	4,5	5,8%
Interesses que não controlam	(69,3)	35,9	<-200%	0,3	0,1	139,2%	(69,6)	35,8	<-200%
Resultado líquido	59,5	146,3	-59,3%	115,2	91,9	25,3%	(55,7)	54,4	<-200%
INDICADORES DE BALANÇO E DE ATIVIDADE									
Ativo total	91.463	85.980	6,4%	65.121	60.257	8,1%	26.342	25.723	2,4%
Recursos totais de clientes	90.556	83.284	8,7%	64.480	58.842	9,6%	26.076	24.442	6,7%
Recursos de clientes de balanço	69.863	64.494	8,3%	47.653	43.242	10,2%	22.209	21.252	4,5%
Depósitos e outros recursos de clientes	68.321	62.997	8,5%	46.120	41.834	10,2%	22.201	21.162	4,9%
Débitos para com clientes titulados	1.542	1.498	2,9%	1.533	1.408	8,9%	9	90	-90,4%
Recursos de clientes fora de balanço	20.693	18.790	10,1%	16.827	15.600	7,9%	3.866	3.190	21,2%
Ativos sob gestão	7.297	5.733	27,3%	4.398	3.469	26,8%	2.899	2.265	28,0%
Ativos distribuídos	6.333	4.738	33,7%	5.785	4.233	36,7%	548	505	8,5%
Seguros de poupança e de investimento	7.063	8.319	-15,1%	6.644	7.898	-15,9%	419	421	-0,3%
Crédito a clientes (bruto)	58.336	56.110	4,0%	39.998	38.558	3,7%	18.339	17.552	4,5%
Particulares	33.474	31.911	4,9%	20.225	19.413	4,2%	13.249	12.498	6,0%
Hipotecário	27.498	26.099	5,4%	18.136	17.346	4,6%	9.362	8.753	7,0%
Pessoal	5.976	5.812	2,8%	2.089	2.067	1,1%	3.886	3.746	3,8%
Empresas	24.863	24.198	2,7%	19.773	19.145	3,3%	5.090	5.054	0,7%
QUALIDADE DO CRÉDITO									
Crédito vencido total	1.129	1.497	-24,6%	650	957	-32,1%	479	539	-11,1%
Crédito vencido há mais de 90 dias	1.008	1.376	-26,7%	636	939	-32,3%	372	437	-14,8%
Crédito vencido há mais de 90 dias / Crédito a clientes	1,7%	2,5%		1,6%	2,4%		2,0%	2,5%	
Imparidade do crédito (balanço)	1.923	2.277	-15,6%	1.324	1.646	-19,5%	598	631	-5,1%
Imparidade do crédito (balanço) / Crédito a clientes	3,3%	4,1%		3,3%	4,3%		3,3%	3,6%	
Imparidade do crédito (balanço) / Crédito vencido há mais de 90 dias	190,7%	165,5%		208,2%	175,3%		160,9%	144,4%	
<i>Stock de Non-Performing Exposures</i>	2.832	3.663	-22,7%	1.931	2.701	-28,5%	901	962	-6,3%
<i>Non-Performing Exposures / Crédito a clientes</i>	4,9%	6,5%		4,8%	7,0%		4,9%	5,5%	
Imparidade do crédito (balanço) / NPE	67,9%	62,2%		68,6%	60,9%		66,4%	65,6%	
Crédito reestruturado	2.539	2.913	-12,8%	1.996	2.408	-17,1%	543	505	7,5%
Crédito reestruturado / Crédito a clientes	4,4%	5,2%		5,0%	6,2%		3,0%	2,9%	
Custo do risco (líq. recuperações, em p.b.)	60	90		68	90		44	88	

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
DEMONSTRAÇÕES INTERCALARES CONDENSADAS DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS
PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E DE 2020

	30 setembro 2021	30 setembro 2020 (reexpresso)
(Milhares de euros)		
Juros e proveitos equiparados	1.255.371	1.395.974
Juros e custos equiparados	(86.763)	(242.323)
MARGEM FINANCEIRA	1.168.608	1.153.651
Rendimentos de instrumentos de capital	870	4.750
Resultados de serviços e comissões	534.236	498.163
Resultados em operações financeiras ao justo valor através de resultados	(20.533)	(47.188)
Ganhos / (perdas) cambiais	20.337	82.072
Resultados de contabilidade de cobertura	4.361	(4.011)
Ganhos / (perdas) com o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros ao custo amortizado	(3.039)	(14.958)
Ganhos / (perdas) com o desreconhecimento de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	69.889	79.321
Resultados da atividade seguradora	7.076	7.978
Outros proveitos / (custos) de exploração	(122.022)	(146.965)
TOTAL DE PROVEITOS OPERACIONAIS	1.659.783	1.612.813
Custos com o pessoal	518.332	469.910
Outros gastos administrativos	230.611	240.592
Amortizações	102.804	102.242
TOTAL DE CUSTOS OPERACIONAIS	851.747	812.744
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DE PROVISÕES E IMPARIDADES	808.036	800.069
Imparidade de ativos financeiros ao custo amortizado	(266.267)	(377.322)
Imparidade de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	(7.199)	(13.552)
Imparidade de outros ativos	(41.268)	(50.371)
Outras provisões	(411.331)	(109.381)
RESULTADO OPERACIONAL	81.971	249.443
Resultados por equivalência patrimonial	42.128	54.236
Resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos	4.511	(4.307)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	128.610	299.372
Impostos		
Correntes	(68.741)	(86.161)
Diferidos	(74.404)	(35.468)
RESULTADO APÓS IMPOSTOS DE OPERAÇÕES EM CONTINUAÇÃO	(14.535)	177.743
Resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação	4.747	4.487
RESULTADO APÓS IMPOSTOS	(9.788)	182.230
Resultado líquido do exercício atribuível a:		
Acionistas do Banco	59.469	146.292
Interesses que não controlam	(69.257)	35.938
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(9.788)	182.230
Resultado por ação (em euros)		
Básico	0,002	0,011
Diluído	0,002	0,011

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
BALANÇOS CONSOLIDADOS INTERCALARES CONDENSADOS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E DE 2020 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

	30 setembro 2021	31 dezembro 2020 (reexpresso)	30 setembro 2020 (reexpresso)
(Milhares de euros)			
ATIVO			
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	5.557.434	5.303.864	3.843.817
Disponibilidades em outras instituições de crédito	411.776	262.395	238.986
Ativos financeiros ao custo amortizado			
Aplicações em instituições de crédito	664.230	1.015.087	845.082
Crédito a clientes	54.900.939	52.022.357	51.592.649
Títulos de dívida	8.364.163	6.234.545	6.167.104
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados			
Ativos financeiros detidos para negociação	1.063.910	1.031.201	1.782.616
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	1.011.557	1.315.467	1.326.297
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	13.156.651	12.140.392	13.289.274
Derivados de cobertura	86.627	91.249	138.844
Investimentos em associadas	458.275	434.959	428.963
Ativos não correntes detidos para venda	850.803	1.026.481	1.181.388
Propriedades de investimento	5.722	7.909	12.578
Outros ativos tangíveis	603.486	640.825	647.296
Goodwill e ativos intangíveis	242.780	245.954	235.924
Ativos por impostos correntes	13.672	11.676	11.546
Ativos por impostos diferidos	2.651.949	2.633.790	2.624.868
Outros ativos	1.419.011	1.296.812	1.612.744
TOTAL DO ATIVO	91.462.985	85.714.963	85.979.976
PASSIVO			
Passivos financeiros ao custo amortizado			
Recursos de instituições de crédito	9.072.047	8.898.759	9.071.694
Recursos de clientes e outros empréstimos	68.320.742	63.000.829	62.419.063
Títulos de dívida não subordinada emitidos	1.745.641	1.388.849	1.419.971
Passivos subordinados	1.205.389	1.405.172	1.419.473
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados			
Passivos financeiros detidos para negociação	368.412	278.851	350.622
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	1.508.684	1.599.405	1.882.970
Derivados de cobertura	238.006	285.766	260.460
Provisões	473.769	345.341	319.383
Passivos por impostos correntes	8.469	14.827	12.019
Passivos por impostos diferidos	9.358	7.242	9.515
Outros passivos	1.154.323	1.103.652	1.335.472
TOTAL DO PASSIVO	84.104.840	78.328.693	78.500.642
CAPITAIS PRÓPRIOS			
Capital	4.725.000	4.725.000	4.725.000
Prémio de emissão	16.471	16.471	16.471
Outros instrumentos de capital	400.000	400.000	400.000
Reservas legais e estatutárias	259.528	254.464	254.464
Títulos próprios	-	(40)	(749)
Reservas e resultados acumulados	828.967	642.397	742.602
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas do Banco	59.469	183.012	146.292
TOTAL DOS CAPITAIS PRÓPRIOS ATRIBUÍVEIS AOS ACIONISTAS DO BANCO	6.289.435	6.221.304	6.284.080
Interesses que não controlam	1.068.710	1.164.966	1.195.254
TOTAL DOS CAPITAIS PRÓPRIOS	7.358.145	7.386.270	7.479.334
TOTAL DO PASSIVO E DOS CAPITAIS PRÓPRIOS	91.462.985	85.714.963	85.979.976

GLOSSÁRIO

Ativos distribuídos – montantes detidos por clientes no âmbito da colocação de produtos de terceiros que contribuem para o reconhecimento de comissões.

Carteira de títulos – títulos de dívida ao custo amortizado não associados a operações de crédito (líquido de imparidade), ativos financeiros ao justo valor através de resultados (excluindo os montantes relacionados com operações de crédito e os derivados de negociação), ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e ativos com acordo de recompra.

Cobertura de *non-performing loans* (NPL) por imparidades – rácio entre a imparidade do crédito (balanço) e *stock* de NPL.

Cobertura de *non-performing exposures* (NPE) por imparidades – rácio entre a imparidade do crédito (balanço) e *stock* de NPE.

Cobertura do crédito vencido por imparidades – rácio entre a imparidade do crédito (balanço) e o crédito vencido.

Cobertura do crédito vencido há mais de 90 dias por imparidades – rácio entre a imparidade do crédito (balanço) e o crédito vencido há mais 90 dias.

Comissões líquidas - resultados de serviços e comissões.

Crédito a clientes (bruto) – crédito a clientes ao custo amortizado antes de imparidade, títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito antes de imparidade e crédito a clientes ao justo valor através de resultados antes dos ajustamentos de justo valor.

Crédito a clientes (líquido) – crédito a clientes ao custo amortizado líquido de imparidade, títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito líquidos de imparidade e valor de balanço do crédito ao justo valor através de resultados.

Crédito *performing* – crédito a clientes bruto deduzido de *Non-performing exposures* (NPE).

Crédito vencido – valor total em dívida do crédito (crédito a clientes ao custo amortizado, títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito e crédito a clientes ao justo valor através de resultados) com prestações de capital ou juros vencidos, ou seja, cuja amortização ou pagamento de juros associados se encontra em atraso.

Crédito vencido há mais de 90 dias - valor total em dívida do crédito (crédito a clientes ao custo amortizado, títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito e crédito a clientes ao justo valor através de resultados) com prestações de capital ou juros vencidos por um período superior ou igual a 90 dias, ou seja, cuja amortização ou pagamento de juros associados se encontra em atraso por um período superior ou igual a 90 dias.

Custo do risco, líquido (expresso em pontos base) – quociente entre a imparidade do crédito (demonstração de resultados) contabilizada no período e o saldo do crédito a clientes ao custo amortizado e dos títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito antes de imparidade no final do período.

Custos operacionais – custos com o pessoal, outros gastos administrativos e amortizações do exercício.

Débitos para com clientes titulados – emissões de títulos de dívida do Banco colocados junto de clientes.

Depósitos e outros recursos de clientes - recursos de clientes e outros empréstimos ao custo amortizado e depósitos de clientes ao justo valor através de resultados.

Gap comercial – diferença entre o crédito a clientes (bruto) e os recursos de clientes de balanço.

Imparidade do crédito (balanço) – imparidade de balanço associada ao crédito ao custo amortizado, imparidade de balanço relacionada com os títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito e os ajustamentos de justo valor associados ao crédito a clientes ao justo valor através de resultados.

Imparidade do crédito (demonstração de resultados) – imparidade (líquida de reversões e de recuperações de crédito e juros) de ativos financeiros ao custo amortizado para crédito concedido a clientes e para títulos de dívida associados a operações de crédito.

Non-performing exposures (“NPE”) – crédito a clientes (crédito a clientes ao custo amortizado e crédito a clientes ao justo valor através de resultados) vencido há mais de 90 dias ou crédito com reduzida probabilidade de ser cobrado sem realização de colaterais, se reconhecido como crédito em *default* ou crédito com imparidade.

Non-performing loans (“NPL”) - crédito a clientes (crédito a clientes ao custo amortizado e crédito a clientes ao justo valor através de resultados) vencido há mais de 90 dias e o crédito vincendo associado.

Outras imparidades e provisões – imparidade (líquida de reversões) para aplicações de instituições de crédito classificadas ao custo amortizado, imparidade para ativos financeiros (classificados ao justo valor através de outro rendimento integral e ao custo amortizado não associados a operações de crédito), imparidade para outros ativos, nomeadamente de ativos recebidos em dação decorrentes da resolução de contratos de crédito com Clientes, de investimentos em associadas e de *goodwill* de subsidiárias e outras provisões.

Outros proveitos de exploração líquidos – resultados da atividade seguradora, outros proveitos/(custos) de exploração e resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos.

Outros proveitos líquidos – rendimentos de instrumentos de capital, comissões líquidas, resultados em operações financeiras, outros proveitos de exploração líquidos e resultados por equivalência patrimonial.

Produto bancário – margem financeira, rendimentos de instrumentos de capital, comissões líquidas, resultados em operações financeiras, outros proveitos de exploração líquidos e resultados por equivalência patrimonial.

Proveitos Core (Core income) – agregado da margem financeira e das comissões líquidas.

Rácio de eficiência core (cost to core income) – rácio entre os custos operacionais e o *core income*.

Rácio de eficiência (cost to income) – rácio entre os custos operacionais e o produto bancário.

Rácio de transformação – rácio entre o crédito a clientes (líquido) e os depósitos e outros recursos de clientes.

Rácio loan to value (“LTV”) – rácio entre o valor do empréstimo e o valor da avaliação do imóvel.

Recursos de clientes de balanço – depósitos e outros recursos de clientes e débitos para com clientes titulados.

Recursos de clientes fora de balanço – ativos sob gestão, ativos distribuídos e seguros de poupança e investimento subscritos pelos clientes.

Recursos de instituições de crédito – recursos e outros financiamentos de Bancos Centrais e recursos de outras instituições de crédito.

Recursos totais de clientes – recursos de clientes de balanço e recursos de clientes fora de balanço.

Rendibilidade do ativo médio (“ROA”) – relação entre o resultado após impostos e o total do ativo líquido médio (média ponderada dos saldos médios mensais do ativo líquido no período). Em que: Resultado após impostos = [Resultado líquido do exercício atribuível a acionistas do Banco + Resultado líquido do exercício atribuível a Interesses que não controlam].

Rendibilidade do ativo médio (Instrução BdP n.º 16/2004) – relação entre o resultado antes de impostos e o total do ativo líquido médio (média ponderada dos saldos médios mensais do ativo líquido no período).

Rendibilidade dos capitais próprios médios (“ROE”) – relação entre o resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas do Banco e os capitais próprios médios (média ponderada dos capitais próprios médios mensais no período). Em que: Capitais próprios = [Capitais próprios atribuíveis aos acionistas do Banco – Ações preferenciais e Outros instrumentos de capital, líquidos de Títulos próprios da mesma natureza].

Rendibilidade dos capitais próprios médios (Instrução BdP n.º 16/2004) – relação entre o resultado antes de impostos e os capitais próprios médios (média ponderada dos capitais próprios médios mensais no período). Em que: Capitais próprios = [Capitais próprios atribuíveis aos acionistas do Banco + Interesses que não controlam].

Rendimentos de instrumentos de capital – dividendos e rendimentos de partes de capital recebidos de investimentos classificados como ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e rendimentos de ativos financeiros detidos para negociação.

Resultados antes de imparidades e provisões – produto bancário deduzido dos custos operacionais.

Resultado operacional core (Core operating profit) – agregado da margem financeira e das comissões líquidas deduzidas dos custos operacionais.

Resultados em operações financeiras – resultados em operações financeiras ao justo valor através de resultados, resultados cambiais, resultados de contabilidade de cobertura, resultados com o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros ao custo amortizado e resultados com o desreconhecimento de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

Resultados por equivalência patrimonial – resultados apropriados pelo Grupo associados à consolidação de entidades onde, apesar de exercer alguma influência, não detém o controlo das políticas financeira e operacional.

Seguros de poupança e investimento – contratos de operações de capitalização, seguros ligados a fundos de investimento (“unit linked”) e planos de poupança (“PPR”, “PPE” e “PPR/E”).

Spread - acréscimo (em pontos percentuais) ao indexante utilizado pelo Banco na concessão de financiamento ou na captação de fundos.

Taxa de margem financeira (“NIM”) – relação entre a margem financeira relevada no período e o saldo médio do total dos ativos geradores de juros.

Títulos de dívida emitidos – títulos de dívida não subordinada ao custo amortizado e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (empréstimos obrigacionistas e certificados).

Volume de negócios – corresponde ao somatório entre os recursos totais de clientes e o crédito a clientes (bruto).

Disclaimer

A informação financeira constante neste documento foi preparada de acordo com as normas internacionais de relato financeiro (“IFRS”) do Grupo BCP no âmbito da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o Regulamento (CE) 1606/2002, considerando a versão vigente.

A informação contida neste documento tem carácter meramente informativo, devendo ser lida em harmonia com todas as outras informações que o Grupo bcp tornou públicas.

As demonstrações financeiras consolidadas condensadas para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 foram preparadas de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade 34 - Relato Financeiro Intercalar (IAS 34) tal como adotada pela União Europeia.

Os números apresentados não constituem qualquer tipo de compromisso por parte do BCP em relação a resultados futuros.

Os valores dos primeiros nove meses de 2021 e de 2020 não foram objeto de auditoria.